

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Medicina de Lisboa



Traços psicopáticos e caracterização criminal de jovens delinquentes e jovens agressores sexuais internados em Centro Educativo: um estudo comparativo

Rui Manuel Custódio Lima

Orientador: Prof. Doutor Pedro Fernandes dos Santos Pechorro

Coorientador: Prof. Doutor Rui Manuel Xavier Vieira

Dissertação especialmente elaborada para obtenção do grau de Mestre em
Psicopatologia

2019

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Medicina de Lisboa



Traços psicopáticos e caracterização criminal de jovens delinquentes e jovens agressores sexuais internados em Centro Educativo: um estudo comparativo

Rui Manuel Custódio Lima

Orientador: Prof. Doutor Pedro Fernandes dos Santos Pechorro

Coorientador: Prof. Doutor Rui Manuel Xavier Vieira

Dissertação especialmente elaborada para obtenção do grau de Mestre em Psicopatologia

2019

A impressão desta dissertação foi aprovada pelo Conselho Científico da Faculdade de Medicina de Lisboa em reunião de 17/09/2019.

Agradecimentos

Esta investigação só pôde ser realizada com o apoio e envolvimento dos seguintes intervenientes, aos quais desejaria publicar um agradecimento especial.

Ao meu orientador, Prof. Doutor Pedro Pechorro, cuja disponibilidade, atenção, compreensão foram inenarráveis. O seu contributo foi essencial e possibilitou a continuação da elaboração da tese. Os seus ensinamentos e conhecimento na área de investigação e profissional foram muito enriquecedores, pelo que pude retirar ilações importantes das conversas que partilhámos ao longo deste trajeto.

Ao meu coorientador, Prof. Doutor Rui Vieira, cuja aula de mestrado me fez despertar interesse neste tópico de estudo. Por ter sido aquele que me auxiliou num primeiro contacto com a realidade do tema num contexto empírico de investigação, com a indicação das diretrizes fundamentais.

À minha família, especialmente os meus pais e avós, e amigos, que tiveram sempre do meu lado, com um apoio moral incondicional. Sempre compreensivos ajudaram-se em todos os aspetos do dia-a-dia, tendo sido pacientes e solidários comigo.

Aos meus colegas de mestrado, cuja entajuda esteve sempre presente ao longo do mestrado e que por muitos momentos um desabafo, uma palavra ou gesto de camaradagem fizeram com que não me sentisse “sozinho” perante as vicissitudes compartilhadas e aliadas à realização de um trabalho final de mestrado.

Aos jovens institucionalizados, diretores/diretoras dos Centros Educativos e Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais que contribuíram indiretamente para a concretização da minha investigação, no momento em que colaboraram com o Prof. Doutor Pedro Pechorro para a recolha dos dados forenses. Dados estes que acabei por utilizar para elaborar a tese.

Resumo

A caracterização sociodemográfica, criminal e psicopatológica de jovens delinquentes e jovens agressores sexuais tem sido uma área de interesse investigacional, a nível nacional e internacional, com reflexos nos enquadramentos de avaliação jurídico-legais e médico-clínicos. Nesse âmbito, a presente investigação tem por objetivos específicos o estudo comparativo das características sociodemográficas e criminais, dos traços psicopáticos, dos níveis de agressividade reativa e proactiva, e da perturbação do comportamento de jovens delinquentes e jovens agressores sexuais internados em Centro Educativo. Quanto à estrutura, o estudo foi dividido numa primeira parte de enquadramento teórico e numa segunda parte de apresentação do estudo empírico. Recorreu-se a uma amostra forense total de 214 jovens participantes do sexo masculino, que foram distribuídos num grupo de delinquência geral não-sexual ($n = 180$; $M = 16,44$ anos; $SD = 1,22$ anos; intervalo = 13–19 anos) e num grupo de delinquência misto ($n = 34$; $M = 16,15$ anos; $SD = 1,58$ anos; intervalo = 12–18 anos). Para a avaliação dos construtos desejados os participantes preencheram um questionário sociodemográfico e criminal, bem como os seguintes instrumentos psicométricos: Dispositivo de Despiste de Processo Antissocial versão de autorresposta (APSD-SR; Frick & Hare, 2001), Questionário de Agressividade Reativa-Proativa (RPQ; Raine et al., 2006) e Questionário dicotómico de Perturbação do Comportamento (PC–DSM-V; DSM-V; American Psychiatric Association, 2013). De um modo geral, os resultados foram consistentes com a perspetiva generalista de delinquência e agressão sexual juvenil, não se observando diferenças entre os grupos; exceto para a dimensão traços calosos/não-emocionais. Recomenda-se uma abordagem clínica e forense cautelosa relativamente à avaliação desta dimensão psicopatológica via questionários de autorresposta, propostos a jovens delinquentes distinguidos pela perpetração de atos de índole sexual, que se encontram institucionalizados em Portugal no contexto específico e exclusivo de Centro Educativo.

Palavras-chave: delinquência juvenil; psicopatologia; traços psicopáticos; perspetiva generalista; centro educativo.

Abstract

The sociodemographic, criminal and psychopathological characterization of juvenile delinquents and juvenile sex offenders has been an area of research interest, at a national and international level, with repercussions in the juridical-legal and medical-clinical evaluation frameworks. In this context, the present research has as specific objectives the comparative study of sociodemographic and criminal characteristics, psychopathic traits, levels of reactive and proactive aggression, and conduct disorder of juvenile delinquents and juvenile sex offenders institutionalized in Juvenile Detention Centers. Regarding the structure, the study was divided into a first part of theoretical framework and a second part of presentation of the empirical study. A total forensic sample of 214 young male participants was used and distributed in a non-sexual general delinquency group ($n = 180$; $M = 16.44$ years; $SD = 1.22$ years; interval = 13-19 years) and in a mixed delinquency group ($n = 34$; $M = 16.15$ years; $SD = 1.58$ years; interval = 12-18 years). In order to evaluate the desired constructs, the participants completed a sociodemographic and criminal questionnaire, as well as the following psychometric instruments: Antisocial Process Screening Device (APSD-SR; Frick & Hare, 2001), Reactive-Proactive Aggression Questionnaire (RPQ; Raine et al., 2006) and Dichotomic Conduct Disorder Questionnaire (PC-DSM-V; DSM-V; American Psychiatric Association, 2013). In general, the results were consistent with the generalist perspective of delinquency and juvenile sexual aggression, with no differences between groups; except for the callous/unemotional traits dimension. It is recommended a cautious clinical and forensic approach regarding the evaluation of this psychopathological dimension through self-report questionnaires, proposed to young offenders distinguished by the perpetration of sexual acts, which are institutionalized in Portugal in the specific and exclusive context of Juvenile Detention Center.

Keywords: juvenile delinquency; psychopathology; psychopathic traits; generalist perspective; juvenile detention center.

ÍNDICE

| | |
|--|------------|
| Agradecimentos | iv |
| Resumo | v |
| Abstract | vi |
| Lista de tabelas | x |
| Lista de siglas e acrónimos | xii |

PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Delinquência Juvenil

| | |
|--|----|
| 1.1. Comportamentos antissociais, agressivos e trajetórias delinquentiais..... | 1 |
| 1.2. Fatores de risco | 9 |
| 1.3. Enquadramento legal | 11 |

2. Psicopatia e traços psicopáticos na juventude **11** |

| | |
|--|----|
| 2.1. Modelo tridimensional da psicopatia..... | 14 |
| 2.1.1. Traços calosos/não-emocionais | 14 |
| 2.1.2. Impulsividade..... | 17 |
| 2.1.3. Narcisismo | 19 |
| 2.2. Estabilidade dos traços psicopáticos..... | 21 |
| 2.3. Comorbidade | 23 |

3. Jovens agressores sexuais

| | |
|--|----|
| 3.1. Conceptualização de um jovem como agressor sexual | 26 |
|--|----|

| | |
|---|-----------|
| 3.2. Teorias de delinquência e agressão sexual juvenil: perspectiva generalista e especialista..... | 27 |
| 4. Objetivos específicos e questão geral de investigação | 32 |
| 5. Hipóteses de investigação..... | 33 |
| PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO | |
| 1. Metodologia | |
| 1.1. Participantes | 34 |
| 1.2. Plano metodológico | 34 |
| 1.3. Critérios de seleção e constituição dos grupos | 35 |
| 2. Instrumentos | |
| 2.1. Grelha de recolha de dados processuais | 36 |
| 2.2. Dispositivo de Despiste de Processo Antissocial (APSD-SR) | 37 |
| 2.3. Questionário de Agressividade Reativa-Proativa (RPQ) | 38 |
| 2.4. Questionário dicotómico de Perturbação do Comportamento (PC–DSM-V)..... | 38 |
| 3. Procedimentos | |
| 3.1. Procedimento de tratamento de dados | 39 |
| 4. Resultados | 40 |
| 5. Discussão | 48 |
| 6. Conclusão | 53 |
| Referências Bibliográficas | 54 |

Anexo A – Questionário sociodemográfico e criminal

Anexo B – Termo de consentimento informado

Anexo C – Pedido de autorização à DGRSP

Anexo D – Versão adaptada do APSD-SR

Anexo E – Versão adaptada do RPQ

Anexo F – Versão adaptada do questionário dicotómico PC–DSM-V

Anexo G – Critérios de diagnóstico PC–DSM-V

Anexo H – Sistema de classificação do Nível Socioeconómico (NSE)

Lista de tabelas

| | |
|-----------|--|
| Tabela 1 | Fatores de risco associados ao início e persistência da delinquência juvenil |
| Tabela 2 | Perspetiva generalista vs. especialista de delinquência e agressão sexual juvenil |
| Tabela 3 | Descritivas e Teste de Qui-quadrado da variável sociodemográfica Grupo Étnico |
| Tabela 4 | Descritivas e Teste de Qui-quadrado da variável sociodemográfica Nacionalidade |
| Tabela 5 | Descritivas e Teste de Qui-quadrado da variável sociodemográfica Residência em meio Rural vs. Urbano/Semiurbano |
| Tabela 6 | Descritivas e ANOVA da variável sociodemográfica Ano de Escolaridade Completo do Jovem |
| Tabela 7 | Descritivas e Teste H de Kruskal-Wallis da variável sociodemográfica Nível Socioeconómico (NSE) dos Progenitores |
| Tabela 8 | Descritivas e Teste de Qui-quadrado da variável sociodemográfica Medicamentos Psiquiátricos |
| Tabela 9 | Descritivas e ANOVA da variável criminal Idade de 1o Envolvimento em Atividades Ilegais |
| Tabela 10 | Descritivas e ANOVA da variável criminal Idade de 1o Problema com a Lei |
| Tabela 11 | Descritivas e ANOVA da variável criminal Idade de 1a Entrada em CE |
| Tabela 12 | Descritivas e ANOVA da variável criminal Tempo (dias) de Condenação Internamento |
| Tabela 13 | Descritivas e Teste de Qui-quadrado da variável criminal Criminalidade Violenta |
| Tabela 14 | Descritivas e ANOVA das dimensões do APSD-SR |
| Tabela 15 | Descritivas e ANOVA das variáveis Agressividade Reativa e Proativa do RPQ |

Tabela 16 Descritivas e ANOVA da variável Perturbação do Comportamento
DSM-V

Lista de siglas e acrónimos

| | |
|----------|---|
| APSD-SR | Dispositivo de Despiste de Processo Antissocial - versão Autorresposta |
| CE | Centro(s) Educativo(s) |
| DGRSP | Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais |
| DSM-V | Manual de Diagnóstico e Estatística de Perturbações Mentais - 5ª Edição |
| EP | Estabelecimento Prisional |
| GDGNS | Grupo(s) de Delinquência Geral Não-Sexual |
| GDM | Grupo(s) de Delinquência Misto(s) |
| IATSO | Associação Internacional para o Tratamento de Agressores Sexuais |
| LTE | Lei Tutelar Educativa |
| NSE | Nível Socioeconómico |
| PC | Perturbação do Comportamento |
| PC–DSM-V | Questionário dicotómico de Perturbação do Comportamento |
| RPQ | Questionário de Agressividade Reativa-Proativa |

PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Delinquência Juvenil

1.1. Comportamentos antissociais, agressivos e trajetórias delinquentiais

Segundo o panorama jurídico-penal, comportamentos antissociais são todo o tipo de condutas ilegais, que violam os direitos de outros ou as normas estabelecidas numa determinada sociedade ou cultura, independentemente da idade do perpetrador. Englobam um espectro amplo de distúrbios comportamentais, expressos na forma de roubo, furto, vandalismo, agressão, uso psicotrópico de drogas, comportamentos sexuais de alto risco, entre outros (Negreiros, 2008). Muitos destes exemplos de condutas antissociais podem ocorrer sem que os infratores tenham sido apreendidos ou que casos tenham sido reportados pelas autoridades; o que sugere uma subestimação do número e impacto dos atos ilegais apurados, em relação ao número total e real de ocorrências (Connor, 2002).

Comportamentos antissociais podem ser categorizados em comportamentos criminais ou comportamentos delinquentes consoante a idade do perpetrador. Deste modo, manifestações de comportamento antissocial ou atos de agressão violentos por parte de adultos são referidos como comportamentos criminais. Já o termo comportamento delincente é geralmente utilizado para referir delitos de menor e maior gravidade, cometidos por jovens que ainda não atingiram a idade adulta (Regoli, Hewitt & DeLisi, 2016). É comum o recurso ao termo “delincente” quando se pretende referir a jovens cujos atos ilegais cometidos são de menor gravidade (e.g., absentismo escolar, furto, perturbação da ordem pública). Nos casos em que os jovens perpetram crimes (e.g., assaltos) que envolvam uso de armas, abuso de força ou agressão grave (e.g., agressão sexual), o uso do termo “agressor” é o mais adequado (Connor, 2002).

Comportamentos agressivos na juventude têm sido diferenciados nos subtipos de agressividade proativa e reativa, no que consta às motivações intrínsecas que potenciam a consumação de atos de agressividade (Card & Little, 2006). A agressividade proativa ou instrumental refere-se a condutas deliberadas ou a “sangue frio”, com o objetivo de

tomar posse de algo ou como forma de asserção de domínio e intimidação sobre alguém. Em contrapartida, a agressividade reativa ou hostil está associada a desregulações emocionais em forma de raiva e ira, demonstradas por respostas impulsivas (corriqueiramente conceitualizadas como reações de “cabeça quente”) perante a percepção de atividades frustrantes ou ameaçadoras (Colins, 2016; Scarpa, Haden & Tanaka, 2010). Enquanto a agressividade reativa está associada a problemas ou patologias internalizantes, a agressividade proativa apresenta consistência relacional com problemas ou patologias externalizantes e com índices mais elevados de traços psicopáticos e de autorresposta de delitos (Colins, 2016). Em estudos de investigação, a agressividade é frequentemente avaliada com o Questionário de Agressividade Reativa-Proativa (*Reactive-Proactive Aggression Questionnaire – RPQ*; Raine et al., 2006).

Para além da relevância de uma distinção entre subtipos de agressividade é importante salientar a coocorrência da agressividade reativa e proativa (Thomson & Centifanti, 2017). Estudos desta área de investigação têm apresentado considerações díspares quanto à severidade dos subtipos de agressividade. Muñoz, Frick, Kimonis & Aucoin (2008) conseguiram observar após examinação de 85 jovens detidos, um grupo de baixa agressividade, um grupo restrito de agressividade reativa e um grupo misto de agressividade reativa e proativa. Marsee et al. (2014) estudaram em jovens da comunidade, a agressividade quanto à sua forma (física ou afetiva) e função (reativa e proativa), tendo verificado a predominância de jovens com agressividade reativa (33%). Concluíram ainda que os adolescentes integrados no grupo misto de agressividade apresentavam índices mais elevados de detenções, delinquência e desregulação emocional e comportamental, quando comparados com o grupo de jovens com agressividade reativa e o grupo de jovens não agressivos. Esta análise está em concordância com o estudo de Colins (2016), que relatou para a generalidade dos jovens agressivos – índices elevados de traços psicopáticos, delinquência geral, consumo de substância ilícitas e elevada prevalência de perturbações do comportamento e de consumo de drogas durante o seu desenvolvimento. Em análises que não consideraram a coocorrência da agressividade reativa e proativa, o grupo de agressividade reativa foi o que demonstrou historial de abusos físicos e vitimização, problemas de relacionamento e

rejeição de pares, bem como padrões erráticos de resolução de vicissitudes no decorrer na vida (Poulin & Boivin, 2000; Dodge et al., 2003).

Numa perspectiva médico-clínica, a psiquiatria classifica e enquadra os comportamentos antissociais e agressivos, de jovens com menos de 18 anos, segundo os critérios de diagnóstico psiquiátrico para a Perturbação do Comportamento, como estipulado na quinta edição do Manual de Diagnóstico e Estatística de Perturbações Mentais (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders 5th Ed.*; DSM-V; American Psychiatric Association, 2013). Mediante esta caracterização psicopatológica, os padrões de persistência e severidade de comportamentos não isolados e não normativos, indiciam défices no comportamento das crianças e adolescentes.

De acordo com a literatura, a persistência e severidade de comportamentos delinquentes, agressivos e violentos determinaram a elaboração de teorias desenvolvimentistas (Hoeve et al., 2007). Estas teorias tornaram-se importantes no universo científico a partir dos anos 90, com o aumento exponencial em número e importância de estudos longitudinais (Farrington & Ttofi, 2012). Na generalidade dos estudos longitudinais, as trajetórias delinquências descrevem a evolução temporal do fenómeno delinquência segundo a severidade de problemas de comportamento e a frequência de variações de intensidade destas condutas ao longo do tempo (Lahey & Waldman, 2003). Deste modo, as teorias desenvolvimentistas possibilitam uma melhor perceção da heterogeneidade de manifestações de comportamento delincente, desde a infância até à idade adulta de um indivíduo (Abderhalden & Evans, 2016; Chen & Jaffee 2015; Murray & Farrington, 2010).

Os padrões de ofensa podem ser retratados num contexto teórico-desenvolvimentista geral ou tipológico (Frick, 2012). As teorias desenvolvimentistas gerais determinam que um preditor comum é responsável por um processo estático, generalizado ou versátil de comportamento antissocial. Em contraste, a relação do comportamento antissocial com diferentes construtos de ofensa consiste numa visão dinâmica, longitudinal e especializada que permite alinhar diferentes trajetórias delinquentiais com distintas tipologias de ofensa. Esta diferenciação implica a discriminação dos transgressores em subgrupos, tendo em conta a associação das

especificidades de cada tipo de comportamento com os construtos envolvidos. Seguem-se alguns exemplos de estudos de investigação que contribuíram com diferentes interpretações etiológicas para a prática de atos ilícitos.

Gottfredson e Hirschi (1990) propuseram que o conceito de delinquência e criminalidade poderia ser explicado com base numa “teoria geral do crime” ou “teoria do autocontrolo”, na qual um nível baixo de autocontrolo seria o preditor geral de condutas ilícitas. Segundo esta teoria, indivíduos com um baixo nível de autocontrolo tendem a apresentar um temperamento impulsivo, que indicia uma maior propensão para a prática de crimes ou manifestação de comportamentos antissociais de forma contínua.

Numa meta-análise composta por 21 estudos com o objetivo de determinar o estatuto empírico da “teoria geral do crime” de Gottfredson e Hirschi (1990), Pratt e Cullen (2000) verificaram que um nível baixo de autocontrolo é um importante preditor de crime e de comportamentos antissociais análogos, quando comparado com a menor correlação da prática de atos ilegais com variáveis sociodemográficas como o sexo e etnia, ou com a tipologia criminal de um indivíduo. Não obstante, a premissa geral desta teoria foi considerada como antidesenvolvimentista, dado que carece a inclusão de uma explicação para a trajetória delinquencial e apresenta inconsistências para ser aplicada em estudos longitudinais. Mais concretamente, segundo Farrington (2003) a teoria negligencia a influência de eventos ou condições marcantes no ciclo de vida (e.g., matrimónio, estabilidade profissional) na continuidade da atividade antissocial, e do efeito de propensão que o reforço ou estigma social apresentam sobre eventuais condutas criminosas no futuro.

A teoria geral de aprendizagem social de Patterson e Yoerger (2002) permite a identificação de duas trajetórias delinquências, de início precoce e início tardio, com foco nos modelos de desenvolvimento inicial de comportamentos antissociais e nos fatores de interação social que potenciam a transição destas condutas e atitudes, exclusivas num ambiente familiar ou de grupo de pares, para um contexto generalizado.

Na trajetória delinquencial de início precoce, as crianças em idade pré-escolar que manifestam comportamentos delinquentes tendem a apresentar défices significativos no

desenvolvimento de competências sociais, por meio da influência de fatores de risco familiares que provocam um desajustamento aquando da sua inclusão no meio escolar e na relação posterior entre pares. Sob influência da interação com outros pares delinquentes, o potencial de reforço de hábitos desviantes predomina sobre a capacidade de aprendizagem de competências sociais no futuro. Com o intensificar dos conflitos familiares na adolescência, a trajetória delinquencial com início tardio comporta os comportamentos desviantes cometidos sob influência e companhia predominante de grupos de pares de adolescentes delinquentes. Com o aproximar da idade adulta, estes jovens tendem a abandonar com naturalidade os meios e pares delinquentes através do reajustamento aos hábitos adaptativos pré-adquiridos na infância. Cenários de trajetória delinquencial de início tardio evidenciam uma menor persistência, frequência e gravidade quando comparados com circunstâncias aplicáveis à trajetória delinquencial de início precoce (Patterson & Yoerger, 2002).

Lahey e Waldman (2003) defenderam que a etiologia dos problemas de comportamento na infância e adolescência poderia ser entendida pela interação de quatro dimensões gerais de propensão antissocial com a componente epigenética, segundo um modelo de propensão desenvolvimentista. Os investigadores colocaram como hipótese que jovens com boas capacidades cognitivo-verbais, elevados índices de emotividade negativa, baixos níveis de simpatia disposicional e elevados níveis de ousadia apresentariam maior propensão para desenvolverem problemas comportamentais. Aliada a esta hipótese, também sugeriram que condutas problemáticas seriam influenciadas geneticamente, de forma indireta e singular, por cada um dos quatro componentes de propensão antissocial referidos anteriormente, e que o ambiente de aprendizagem de condutas problemáticas seria indiretamente influenciado pela partilha de características temperamentais e habilidades cognitivas do jovem, de forma ativa e passiva.

Seguindo as sugestões apresentadas por Lahey e Waldman para o teste das hipóteses do modelo de propensão desenvolvimentista, Rhee et al. (2016) conseguiram apurar num estudo prospetivo, longitudinal e geneticamente informativo, que as hipóteses avançadas não correspondiam aos resultados empíricos obtidos. Isto é, não obstante terem observado que a habilidade cognitiva e linguística seria um robusto preditor de condutas

problemáticas na adolescência, os traços temperamentais enaltecidos no modelo de propensão desenvolvimentista não apresentaram tamanha relevância em comparação com demonstrações de agressividade reativa. Constataram ainda que as características partilhadas no meio envolvente (e.g., estatuto socioeconómico da família, personalidade e estilo parental ou tipo de vizinhança) seriam mais influentes do que as características temperamentais, na associação entre os preditores de delinquência na infância e as manifestações antissociais na adolescência.

Nos estudos de Loeber et al. (1993) e Loeber e Farrington (2001) os investigadores indicaram três trajetórias desenvolvimentistas como modelos explicativos para as distintas manifestações de comportamento delinvente: de conflito com a autoridade, coberta e aberta. Nas trajetórias referidas anteriormente, as condutas disruptivas em ambiente familiar e agressões a pares e familiares que tendem a estender-se, respetivamente, para um contexto comunitário ou escolar e contra indivíduos desconhecidos são dois indicadores de agravamento do comportamento delinvente durante a infância e adolescência.

A trajetória de conflito com a autoridade envolve uma escalada inicial de comportamentos cumulativos de oposição e desafio, detetados a partir dos 3 anos de idade, que culmina em comportamentos de evitamento de confronto com figuras de autoridade (e.g., absentismo escolar, fuga às autoridades, fuga de casa), por jovens a partir dos 12 anos de idade. As trajetórias coberta e aberta abordam de forma progressiva sequências de etapas de comportamento disruptivo; respetivamente, o grau de gravidade dos atos de delinquência e de violência perpetrados. A trajetória coberta é caracterizada numa escalada progressiva de comportamentos e atitudes disruptivas de menor grau (e.g., furtos a lojas, discurso falso ou ilusório) e danos a propriedades, até outras formas de delinquência moderadamente graves (e.g., fraude, furto de viaturas, venda de drogas). O percurso aberto começa com uma fase de agressividade moral (e.g., *bullying*, comportamento passivo-agressivo), seguida por confrontos físicos individuais ou em gangs, e termina em atos de violência (e.g., agressão física grave, assaltos à mão armada, abuso sexual). Os investigadores verificaram que o início precoce de atividades disruptivas implica tanto seguir uma trajetória delinencial específica, como apresentar

uma maior tendência de envolvimento simultâneo nas fases mais severas e tardias dos três modelos descritos, representativas de uma elevada frequência de atos delinquentes e/ou violentos (Loeber et al., 1993; Loeber & Farrington, 2001).

Não obstante o elevado número e variabilidade de trajetórias delinquentes, a grande maioria dos estudos corrobora com o modelo de taxonomia dualístico de Moffitt (1993) (ver: Jennings & Reingle, 2012; para uma revisão bibliográfica do estado da arte), que considera a idade de início da atividade delincente como um dos indicadores mais importantes para a análise de comportamentos antissociais e um categórico preditor de delinquência juvenil (DeLisi et al., 2008; Frick, 2012). Segundo a autora, a idade de início da atividade delincente permite delinear dois subtipos delinquentes: limitado à adolescência e persistente no decorrer da vida. De acordo com a literatura clássica, a delinquência limitada ou com início na adolescência (Odgers et al., 2008) manifesta-se mais tardiamente, no final da adolescência (16-19 anos) (Patterson, DeBaryshe & Ramsey, 1989). É uma condição caracterizada por um aumento normativo e transiente de atividade delincente não violenta, relativamente comum na puberdade, com típica diminuição aquando do início da vida adulta. Os indivíduos não tendem a seguir uma carreira criminal (Burt et al., 2011). Por outro lado, a delinquência persistente no decorrer da vida está associada a um início precoce (10-12 anos), para a prática de atos delinquentes (Patterson, DeBaryshe & Ramsey, 1989). Representa uma condição patológica crónica relativamente rara (5-10%), com início no final da infância e tendência a prolongar-se ao longo de grande parte da vida. Os indivíduos apresentam uma maior versatilidade criminal e elevada propensão para se envolverem em situações violentas e crimes graves (Burt et al., 2011). Para Moffitt (1993) a etiologia do carácter particular de severidade deste subtipo delinquental, advém de défices no desenvolvimento neurológico (lesões cerebrais perinatais e problemas neurológicos pós-natais) e na interação destes fatores individuais com fatores familiares e sociais adversos.

Quinsey, Skilling, Lalumière e Craig (2004) propõem uma categorização tripartida para jovens que manifestam comportamentos delinquentes, com base em conceitos psicossociais evolutivos e adaptativos. Dois destes grupos partilham as mesmas diretrizes que os subtipos delinquentes descritos por Moffitt (1993), nomeadamente, o

grupo de delinquência limitada à adolescência e o de delinquência persistente ao longo da vida. No primeiro grupo, os investigadores associaram condutas impetuosas e de risco como consequências das necessidades adaptativas de afirmação e sucessão geracional num contexto social adverso. O segundo grupo seria composto por jovens com défices de suporte parental e social, cujos atos antissociais e agressivos estariam associados a problemas no desenvolvimento neuronal. O terceiro grupo consistiria numa tipologia específica de delinquentes, no qual a atividade delinquencial teria início precoce e persistiria ao longo da vida sem indícios de influência neuropatológica. O recurso comum a estratégias de manipulação, dominação, coação e agressão entre os jovens deste último grupo, depreende que fossem referenciados de psicopatas.

A perspetiva clássica de carreira criminal consiste na avaliação da curva do crime segundo a idade (Farrington, 1986; Gottfredson & Hirschi, 2016). Indica, de um modo geral, que a atividade delinquencial tende a principiar no início da infância, a atingir o pico no final da adolescência e a declinar no início da vida adulta. Os jovens delinquentes costumam justificar os seus atos por alegada necessidade de prazer, para evitar monotonia e por razões utilitaristas (e.g., roubar ou furtar para benefício e bem-estar próprio) (Farrington, 1993; Leung, 2008). Vários estudos sugerem que a decisão de envolvimento em atos delinquentes depende de um processo de interação do indivíduo com fatores contextuais (perceção do custo-benefício); da propensão individual; do efeito moderador do ambiente sociocultural em se que inserem e da influência da dinâmica de grupo perante oportunidades para a prática de atos delinquentes (e.g., Cloward & Ohlin, 2013; Crosnoe & McNeely, 2008; Elliott, Dupéré & Leventhal, 2015; Schepers, 2017).

É importante salientar que manifestações de rebeldia são relativamente comuns, episódicas e aliadas ao desenvolvimento normal do jovem, desde a infância até à adolescência. Estas manifestações são mais problemáticas na adolescência, por ser a fase na qual o jovem começa a expressar intenções de se tornar independente dos pais, de definir a sua identidade própria e de se afirmar na sociedade (Dandreaux & Frick, 2009). Segundo Moffitt (1996), adolescentes menos tradicionalistas ou que valorizam princípios não convencionais, (i.e., jovens liberais, imprevisíveis e com visões discordantes relativamente a regras e estatutos sociais estabelecidos) são mais propensos a excederem

os padrões normativos de rebeldia, sendo assim considerados como um hipotético grupo de risco para o desenvolvimento de perturbações do comportamento.

1.2. Fatores de risco

Para o suceder da atividade delinvente estão associados fatores de risco, fatores promotores e fatores protetores (Kraemer 2001, Deković (1999). Os fatores de risco permitem prever o aumento ou a ocorrência do comportamento antissocial através de um efeito direto ou principal. Já os fatores promotores são preditores da diminuição ou não ocorrência de um comportamento antissocial por um efeito direto ou principal. Os fatores protetores (moderadores) atenuam o grau de efeito da interatividade entre fatores de risco e comportamentos antissociais.

Os principais fatores de risco associados ao início da atividade delinvente podem ser repartidos em fatores individuais (e.g., elevados níveis de hiperatividade-impulsividade, propensão genética, baixo grau de inteligência, insucesso escolar) e fatores contextuais, subdivididos em fatores familiares (e.g., conflito parental, fraca interação parental, incoerência na imposição de disciplina, pais antissociais, abuso físico parental); fatores socioeconómicos (e.g., baixo rendimento familiar, família numerosa); e fatores relacionados com a comunidade e grupo de pares (e.g., grupo delinvente de amigos, elevada taxa de delinquência escolar, elevada taxa de criminalidade na proximidade) – (ver Tabela 1) (Murray & Farrington, 2010; Piotrowska, Stride, Croft & Rowe, 2015; Simões, 1994). Um baixo nível de instabilidade emocional e um grupo de pares restrito são exemplos de fatores promotores; enquanto um elevado grau de inteligência, interesse parental e sucesso escolar são exemplos de fatores protetores (Farrington, Ttofi & Piquero, 2016).

Com recurso a um estudo de meta análise, Assink et al. (2015) analisaram o efeito de diversos fatores de risco na persistência de atos de delinquência juvenil. Os resultados foram heterogéneos quanto à magnitude de efeito (*effect size*) dos diferentes domínios. Em particular, a agressividade ($d = .76$) e o historial criminal ($d = .56$) foram os fenómenos com maior variabilidade relativamente ao início e persistência da delinquência

em jovens, tal como referido em Moffitt (1993). Numa perspetiva geral, os autores concluíram que um comportamento delinvente pode ser explicado pelo efeito multidimensional de domínios fatoriais de risco, sendo superior para o subtipo de delinquência juvenil persistente.

Tabela 1

Fatores de risco associados ao início e persistência da delinquência juvenil

| | |
|--|--|
| Fatores individuais | Abuso físico e/ou sexual pelos pais |
| Instabilidade emocional | Família numerosas |
| Hiperatividade (quando associada com comportamentos disruptivos) | Família monoparental |
| | Família com baixo nível socioeconómico (NSE) |
| Impulsividade | ▪ Fatores comunitários |
| Agressividade | Insucesso escolar |
| Consumo de drogas | Suspensão ou expulsão escolar |
| Início precoce de comportamentos disruptivos | Retenção escolar |
| Comportamentos sexuais de risco | Fraco acompanhamento escolar |
| Défices no desenvolvimento neurológico | ▪ Fatores por influência de pares |
| Baixo Quociente de Inteligência | Associação com pares delinquentes |
| Fatores contextuais | Irmãos delinquentes |
| ▪ Fatores familiares | Pertença a gangs organizados |
| Pais antissociais | ▪ Fatores relacionados com a vizinhança |
| Pais consumidores de drogas | Vizinhança pobre e desorganizada |
| Fraco envolvimento parental | Grande concentração habitacional |
| Pobre supervisão parental | Acesso facilitado a armas |
| Negligência parental | Estereótipo de bairro violento |
| Conflito parental | |
| Incoerência na imposição de disciplina | |

Nota. Fonte: Adaptado de Loeber, R., Wung, P., Keenan, K., Giroux, B., Stouthamer-Loeber, M., Van Kammen, W. B., & Maugham, B. (1993). Developmental pathways in disruptive child behavior. *Development and psychopathology*, 5(1-2), 103-133.

1.3. Enquadramento legal

Em Portugal, o sistema de justiça juvenil visa em simultâneo a proteção e punição penal do sujeito que violou as leis por ato(s) ilícito(s) (Carvalho, 2015). Atualmente, sob a alçada do Ministério da Justiça, a Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) (Decreto-Lei n.º 215/2012, de 28 de setembro) garante a execução da maioria das medidas tutelares educativas não institucionais (arts. 9.º a 16.º e 19.º a 21.º da LTE) para jovens na comunidade, sendo igualmente encarregue da execução das medidas tutelares educativas institucionais/de internamento em Centro Educativo (CE), em regime aberto, semiaberto ou fechado (arts. 17.º e 18.º da LTE) (Guerra, 2015). A Lei Tutelar Educativa (LTE) – aprovada a 14 de setembro de 1999 e atualizada a 14 de janeiro de 2015 – entrou em vigor em janeiro de 2001 e visa “a educação do menor para o direito” (art. 2.º da LTE). Estão abrangidos por esta lei, os jovens que tenham praticado “um facto qualificado pela lei como crime e passível de medida tutelar” (art. 3.º da LTE). A legislação em vigor dita que os critérios penais diferem consoante a idade da criança ou jovem de 12, 16 ou 21 anos de idade (Barroso, 2012). A faixa etária da aplicação da lei tutelar educativa justifica-se pelo facto de se considerar que antes dos 12 anos de idade o jovem não possui capacidades psicobiológicas suficientes que lhe permitam entender o sentido da intervenção e que menores de 16 anos de idade são inimputáveis, isto é, que não apresentam capacidade de discernir os atos lícitos dos ilícitos, bem como de não possuírem faculdade de decisão voluntária. A execução das medidas tutelares pode prolongar-se até o jovem completar 21 anos, momento em que é obrigatório o cessar da aplicação destas medidas. (art. 6.º da LTE).

2. Psicopatia e traços psicopáticos na juventude

Primordialmente descrito na literatura científica como “insanidade sem delírio”, o termo “psicopatia” refere-se à doença do foro psíquico cujo construto é comumente usado no quotidiano da sociedade, integrado em teorias desenvolvimentistas do crime e nos âmbitos da psiquiatria e psicologia. (e.g., Arrigo & Shipley, 2001; Fox, Jennings & Farrington, 2015). Com etiologia e evolução opostas ao construto de sociopatia, a

psicopatia tem origem em fatores neurológicos, psicológicos, biológicos e genéticos, intrínsecos ao indivíduo, podendo posteriormente sofrer alterações graduais sob a influência de fatores ambientais, socioculturais ou familiares (Blair, 2013; Gunter, Vaughn & Philibert, 2010). A psicopatia é moderadamente associada com a delinquência juvenil, dado que em caso de detecção na infância permite prever o progresso do comportamento delinvente, na transição para e no decorrer da fase de adolescência (Asscher et al., 2011; Lynam et al., 2009). Em geral é uma condição persistente, com menor expressão em casos de delinquência geral e mais relevante em contextos de ofensa grave ou violenta (Murrie, 2004).

A investigação na área da psicopatia tem sido efetuada segundo as vertentes nosológicas categorial e dimensional (Edens, Marcus, Lilienfeld & Poythress, 2006; Millon & Davis, 1996; Potuzak, Ravichandran, Lewandowski, Ongür & Cohen, 2012). A abordagem categorial estabelece uma distinção clara entre a personalidade e comportamento normativo e patológico. Está relacionada com o diagnóstico clínico que é estabelecido pela consulta do DSM-V (American Psychiatric Association, 2013), permitindo aferir a presença ou ausência dos critérios específicos de cada patologia para qualquer indivíduo. A abordagem dimensional implica uma avaliação contínua das variações relevantes da personalidade e comportamento. Confere uma maior flexibilidade para o diagnóstico patológico e apresenta vantagens psicométricas na avaliação de construtos patológicos (Ribeiro, 2010).

O construto de psicopatia pode ser definido como um distúrbio multidimensional de personalidade, caracterizado por défices de orientação comportamental, de ordem afetiva e interpessoal (Andershed, 2010). O indivíduo considerado psicopata demonstra falta de remorso e empatia; não detém controlo do seu comportamento; é manipulador, irresponsável e egocêntrico (Hare, 2003; Hare & Neumann, 2008). Estas características, comuns na descrição da psicopatia em jovens e adultos podem ser agrupadas em três dimensões: nos traços calosos/não-emocionais (e.g., ausência de empatia, ausência de culpa ou remorso e insensibilidade emocional), na impulsividade (e.g., comportamento arriscado e perigoso, culpabilização dos outros pelos próprios erros e propensão ao tédio) e no narcisismo (e.g., características egocêntricas, superficiais e de sedução); que

constituem os traços psicopáticos e integram o construto de psicopatia (Frick, Bodin & Barry, 2000). O modelo tridimensional tem sido a organização estrutural mais utilizada em estudos de investigação, com recurso predominante ao Dispositivo de Despiste de Processo Antissocial (*Antisocial Process Screening Device* – APSD; Frick & Hare, 2001).

A psicopatia tem sido associada a um misto de agressividade reativa e proativa, em jovens com níveis elevados de traços psicopáticos (Thomson & Centifanti, 2017). A generalidade dos estudos da década de 90 evidenciam uma associação mais significativa da psicopatia com a agressividade proativa do que com a agressividade reativa (Raine et al., 2006). Estudos mais recentes, que enaltecem a perspetiva tridimensional da psicopatia, relatam associações específicas das dimensões da psicopatia com os subtipos de agressividade; concretamente, da impulsividade com a agressividade reativa e do narcisismo e traços calosos/não-emocionais com os dois subtipos de agressividade, reativa e proativa (Centifanti, Kimonis, Frick & Aucoin, 2013; Fite, Stoppelbein & Greening, 2009; Frick, Ray, Thornton & Kahn, 2014). Perante estas conclusões é expectável verificar diferenças, quando se tem em conta as dimensões dos traços psicopáticos, entre jovens classificados nos subtipos de agressividade reativa e proativa (Thomson & Centifanti, 2017).

Crianças e adolescentes com parâmetros elevados de traços psicopáticos fazem parte de um grupo diferenciado de delinquência juvenil, quando comparados com indivíduos delinquentes não psicopatas – com níveis normativos de traços psicopáticos. O primeiro grupo tende a manifestar comportamentos antissociais mais precocemente, de tipologia mais violenta, severa, versátil, calculista, frequente e duradoura que o grupo de delinquentes não psicopatas (Vaughn & Howard, 2005). Segundo Blackburn e Coid (1998) os delinquentes psicopatas iniciam a atividade delituosa, em média, 5 anos mais cedo que os delinquentes não psicopatas e envolvem-se num maior de conflitos com a justiça, com a predominância de casos de comportamento antissocial violento e crimes contra a propriedade.

O facto de um indivíduo possuir traços psicopáticos não implica diretamente que apresente uma perturbação de personalidade, isto é, um indivíduo pode manifestar

características relacionadas com uma dimensão psicopatológica de forma transiente ou com intensidade variável, sem acusar necessariamente uma condição patológica (Pechorro, 2011). Por exemplo, um adolescente pode apresentar características narcisistas como sentimentos de grandiosidade, mas em simultâneo reconhecer que não consegue ser autónomo.

Delinquentes com índices elevados de psicopatia apresentam mais indicadores preditivos de delinquência generalizada e especializada; de início da atividade delinvente; de persistência, severidade e tipologia dos comportamentos antissociais; de duração da carreira criminal; e de potencial de reincidência da atividade criminal.

2.1. Modelo tridimensional da psicopatia

2.1.1. Traços calosos/não-emocionais

Os traços calosos/não-emocionais referem-se principalmente a características relacionadas com a dimensão afetiva do construto de psicopatia, como por exemplo a ausência de remorso ou culpabilidade e supressão emocional (Hare & Neumann, 2008). Crianças e adolescentes com elevados níveis de traços calosos/não emocionais formam um subgrupo particularmente importante, que permite diferenciar melhor entre delinquentes, aqueles cujas condutas são mais severas, agressivas, especializadas e premeditadas (Frick & White, 2008; Frick et al., 2014).

Barry et al. (2000) observaram a importância dos traços calosos/não-emocionais no estudo do construto de psicopatia. Os autores focaram nos traços calosos/não-emocionais para a identificação de um subgrupo de crianças com Perturbação de Hiperatividade e Défice de Atenção e com Perturbação Desafiante de Oposição ou Perturbação do Comportamento que apresentavam qualidades similares a adultos com psicopatia. Os resultados permitiram aferir que as crianças com traços elevados demonstravam ausência de medo, um estilo de resposta dominado pela recompensa e aparentavam ser menos afetadas pelos seus problemas de comportamento. Os investigadores concluíram que a impulsividade e o comportamento antissocial seriam

dados insuficientes para uma correta classificação de indivíduos que se encaixam no diagnóstico de psicopatia.

Pardini, Lochman e Frick (2003) investigaram a relação bifatorial dos traços calosos/não-emocionais e da impulsividade/perturbação do comportamento com problemas sociocognitivos. A análise dos resultados permitiu verificar associações particulares de cada fator. Os traços calosos/não-emocionais estavam relacionados com dificuldades em estabelecer contactos interpessoais, enquanto a impulsividade/perturbação do comportamento estava relacionada com níveis elevados de desregulação comportamental.

Frick et al. (2003) avaliaram a influência da presença ou ausência de traços caloso/não-emocionais na prática de condutas problemáticas, numa amostra de 98 crianças, com uma média de 12 anos de idade. Em geral, as crianças com condutas problemáticas apresentaram desregulação emocional e comportamental, independentemente dos índices de traços calosos/não-emocionais. Especificamente, as crianças com traços calosos/não-emocionais demonstraram baixos níveis de inibição comportamental. As crianças com elevadas pontuações para as duas dimensões em estudo evidenciaram os níveis mais elevados de impulsividade-hiperatividade, interpretados como medidas de desregulação do comportamento.

Na sequência deste estudo, Frick, Stickle, Dandreaux, Farrell e Kimonis (2005) observaram num estudo longitudinal ao longo de quatro anos, que crianças com comportamentos problemáticos e presença de traços calosos/não-emocionais apresentavam maiores índices de delinquência autorrelatada e de contactos com as autoridades policiais, do que crianças sem diagnóstico de perturbação de comportamento ou de traços calosos/não-emocionais. Estes estudos permitiram concluir que a presença de traços calosos/não-emocionais em associação com problemas de comportamento representa uma condição mais severa de delinquência, com maior desregulação comportamental e conflito com a lei.

Frick e White (2008), numa revisão da literatura investigaram a evidência da importância dos traços calosos/não-emocionais numa perspectiva desenvolvimentista de

comportamentos antissociais e agressivos. A literatura destaca o subgrupo específico de delinquência de jovens com traços calosos/não-emocionais estáveis e persistentes, com perturbações do comportamento particularmente severas, violentas e agressivas. Este subgrupo apresenta características emocionais, cognitivas e de personalidade particulares, de início precoce em criança que podem prolongar-se até à adolescência.

Muñoz, Frick, Kimonis e Aucoin (2008) analisaram a relação das respostas comportamentais e psicofisiológicas a provocações virtuais com os traços calosos/não-emocionais, consoante os diferentes padrões de agressividade. Os rapazes com elevados níveis de traços calosos/não-emocionais demonstraram menor reatividade psicofisiológica aos estímulos virtuais, não obstante o comportamento agressivo que lhes era característico perante provocações. Os resultados suportaram a importância da consideração da presença ou ausência de traços calosos/não-emocionais, no estudo do impacto emocional na perpetração do comportamento agressivo.

McMahon, Witkiewitz e Kotler (2010) investigaram num estudo longitudinal a validade dos traços calosos/não-emocionais enquanto precursor de múltiplas tipologias de manifestação antissocial. Os traços calosos/não-emocionais foram fortes preditores de delinquência geral, detenção juvenil, perturbação do comportamento, perturbação de personalidade antissocial, perturbação de hiperatividade e défice de atenção, e perturbação desafiante de oposição. Os resultados suportaram a inclusão dos traços calosos/não-emocionais como um precursor de especificidade válido para o diagnóstico de perturbações que envolvam condutas problemáticas.

Kimonis, Centifanti, Allen e Frick (2014) verificaram num estudo longitudinal que crianças com problemas de comportamento e traços calosos/não-emocionais manifestavam uma conduta antissocial mais agressiva, estável e severa do que aquelas sem traços calosos/não-emocionais. A exposição a eventos negativos foi um fator que contribuiu moderadamente e a longo prazo para a expressão dos traços calosos/não-emocionais. A investigação representou um avanço importante para a compreensão do carácter progressivo dos traços calosos/não-emocionais ao longo da vida.

Kahn, Ermer, Salovey e Kiehl (2016) investigaram a relação da inteligência emocional (i.e., habilidade de perceber, gerir e racionalizar as emoções), com os traços calosos/não-emocionais de 141 jovens institucionalizados. Em concordância com investigações similares com amostras forenses de adultos, elevados níveis de traços calosos/não-emocionais em jovens referenciados estavam associados com níveis baixos de QI e défices de inteligência emocional.

Estudos recentes têm focado na validade de medidas psicométricas que avaliam a relação dos traços calosos/não-emocionais com fatores genéticos, neuronais e de reincidência da atividade delinvente (e.g., Byrd, Hawes, Burke, Loeber & Pardini, 2018; Kimonis, Kennealy & Goulter, 2016; Moore et al., 2019).

2.1.2. Impulsividade

A impulsividade é considerada como uma das dimensões mais relevantes no núcleo de investigação de delinquência juvenil (Lynam & Miller, 2004). Engloba a procura constante de sensações ou de recompensas salientes, e um espectro amplo de distúrbios relacionados com o comportamento (e.g., impaciência, incapacidade de lidar com as consequências e de inibir comportamentos impróprios) (Reynolds et al., 2006). A impulsividade tem uma função mediadora, com relação proporcional à prática persistente de comportamentos delinquentes (Gouveia-Pereira, Gomes, Roncon & Mendonça, 2017).

Gottfredson e Hirschi (1990) e Moffitt (1993) abordaram a impulsividade como uma dimensão central de personalidade, relacionada com o autocontrolo e com potencial de aumentar o risco de comportamento antissocial contínuo e persistente. O défice no controlo do comportamento e na incapacidade de reflexão sobre as consequências que advém dos atos delinquentes potenciam uma mentalidade assente na necessidade de obtenção de benefícios a curto-prazo, alcançados pela envolvimento em condutas ilícitas. Esta abordagem potêcia o insucesso escolar, condicionando as competências sociais e profissionais mínimas exigidas a partir da vida adulta.

White, Moffitt, Caspi, Bartusch, Needles e Stouthamer-Loeber (1994), com recurso a uma análise longitudinal multi-método, multi-fonte de 11 parâmetros de

impulsividade puderam constatar a preponderância de dois fatores numa amostra de 430 rapazes: a impulsividade cognitiva e a impulsividade comportamental. A impulsividade cognitiva apresentava uma forte relação com o Quociente de Inteligência (QI). A impulsividade comportamental apresentava uma forte relação com o tipo de delinquência grave e persistente, que é mais estável ao longo do tempo.

Caspi (2000) analisou desenvolvimentos de personalidade numa investigação coorte com crianças desde os 3 anos de idade, até à idade adulta de 21 anos de idade. Aos 3 anos de idade, as crianças classificadas como “incontroláveis” eram impulsivas, facilmente irritáveis e instáveis emocionalmente. Aos 18 anos apresentavam elevados níveis de impulsividade, agressividade, de procura incessante de novas sensações e de alienação interpessoal. Pelos 21 anos de idade, estes indivíduos eram caracterizados como desonestos e prevaricadores, com historial de problemas com a lei, consumo excessivo de álcool e dificuldades de relacionamento interpessoal acentuadas. Os efeitos de traços de personalidade como a impulsividade intensificaram manifestações de comportamento antissocial no decorrer da vida.

Whiteside e Lynam (2001) examinaram a natureza multidimensional da impulsividade com a utilização do modelo estruturado de cinco fatores de personalidade (*Five Factor Model: FFM*; McCrae & Costa, 2004). Análises fatoriais exploratórias permitiram identificar quatro especificidades distintas de personalidade, associadas com atos impulsivos: a urgência (imprudência), premeditação, perseverança e busca constante de sensações. A falta de concordância nosológica foi referida como uma limitação para a compreensão do comportamento impulsivo.

Hecht e Latzman (2015) revelaram a importância das nuances de impulsividade na correlação com subtipos de agressividade específicos. Baixos índices de perseverança e imprudência em contextos negativos foram preditores de agressividade reativa. Imprudência em contextos positivos predisseram o subtipo de agressividade proativa. Elevados índices de premeditação indicaram tanto a agressividade reativa como a proativa. Este estudo não está em concordância com as observações de Latzman e Vaidya (2013) no que diz respeito à influência da premeditação no tipo de ato de agressividade

cometido. Nesta análise o déficit de premeditação foi apenas preditor do subtipo de agressividade reativa.

Jolliffe e Farrington (2009) discutiram a relação entre o contributo direto e/ou indireto da impulsividade no desenvolvimento de problemas no comportamento e delinquência. No modelo de influência direta a impulsividade é o parâmetro fundamental e determinante na tomada de decisão perante oportunidades de atuar ilicitamente. Os indivíduos impulsivos são condicionados a agir sem o tempo ou capacidade cognitiva necessários para um julgamento coerente perante o contexto a que estariam expostos, sendo que a resposta usual tende a ser aquela que permite um efeito satisfatório imediato. No modelo de influência indireta a impulsividade tem um efeito secundário e mediador de influência entre as interações interpessoais.

Carroll et al. (2006) associaram elevados níveis de impulsividade com uma maior probabilidade de início precoce da atividade delinvente numa amostra de 129 adolescentes, 86 dos quais institucionalizados. Adicionalmente, verificaram que os problemas de impulsividade em indivíduos com início tardio da atividade delinvente, aumentam com a interação e conseqüente influência de outros delinquentes que iniciam a sua conduta mais precocemente; independentemente da idade de início destas práticas.

2.1.3. Narcisismo

O narcisismo consiste num traço de personalidade caracterizado por défices de relacionamento interpessoal, no qual o indivíduo expressa um sentimento de grandiosidade face ao outro, por requerer constante admiração e desejo de ser o centro das atenções (Thomaes & Brummelman, 2016). Noções inapropriadas de autossustentabilidade, negação de fraquezas e a ilusão/fantasia de grandiosidade (i.e., “mania das grandezas”) são manifestações de narcisismo com origem em experiências sociais primárias, mais proeminentes em crianças e adolescentes; correspondendo com um início mais precoce da delinquência juvenil (Brummelman et al., 2015).

Os estudos laboratoriais de Bushman e Baumeister (1998) e Barry, Chaplin, & Grafeman (2006) comprovaram uma forte correlação entre o narcisismo e níveis elevados de comportamento agressivo, mediado pela percepção de uma ameaça, insulto ou crítica. Por avaliação da autoestima e narcisismo de indivíduos confrontados com situações bipolares de apreciação e ofensa, os investigadores puderam ainda constatar que a autoestima foi uma variável irrelevante para o *outcome* de agressividade. Os indivíduos narcisistas apresentaram maior tendência de avaliarem situações de forma negativa, demonstrando índices elevados de agressividade reativa.

Barry, Frick e Killian (2003) verificaram características diferenciativas entre o narcisismo considerado adaptativo e mal adaptativo em jovens em risco de delinquir. Os jovens com narcisismo adaptativo não apresentaram correlação significativa com traços calosos/não-emocionais ou perturbações do comportamento, mas apresentavam uma baixa autoestima. Já os indivíduos com narcisismo mal adaptativo apresentavam traços calosos/não-emocionais, seriam mais propensos a praticarem atos problemáticos e a terem uma alta autoestima.

Na sequência deste estudo, Barry, Frick, Adler e Grafeman (2007) efetuaram uma análise longitudinal da utilidade do narcisismo para a predição da delinquência juvenil. O narcisismo mal adaptativo foi um preditor significativo de delinquência autorrelatada em *follow ups* de um, dois e três anos. Verificaram que este padrão se mantinha inalterado não obstante o controlo para outros fatores de risco intrapessoais (e.g., traços calosos/não emocionais e impulsividade), práticas parentais e perturbações do comportamento prévias. Na presença de práticas parentais negativas, o narcisismo mal adaptativo seria um preditor particular de delinquência juvenil.

Miller, Lynam, Hyatt e Campbell (2017) sugerem que para além do antagonismo interpessoal e da variante de grandiosidade, as componentes de vulnerabilidade e de autoestima do indivíduo narcisista não devem ser negligenciadas, sendo explicadas de forma mais correta em modelos baseados nos traços particulares de cada pessoa.

Outros autores debruçaram-se tanto teoricamente como empiricamente sobre as propriedades patológicas e não patológicas do narcisismo (Barry & Kauten, 2014; Pincus

& Lukowitsky, 2010; Washburn et al., 2004). Nestes estudos, com recurso a questionários de autorresposta submetidos a amostras de crianças e adolescentes de risco (i.e., jovens que desistiram da escola; que convivem em ambientes de extrema pobreza e com elevada taxa de criminalidade), o narcisismo patológico foi associado a problemas de comportamento, agressividade proativa, sintomatologia internalizante (e.g., depressão, ansiedade), défices de relacionamento interpessoal e baixa autoestima. Os narcisistas não patológicos obtiveram resultados positivos para a autoestima e negativos para sintomas internalizantes, apresentando apenas sinais de agressividade comparáveis aos narcisistas patológicos.

2.2. Estabilidade dos traços psicopáticos

Para além da importância de uma avaliação precoce dos traços psicopáticos, a observação da estabilidade das dimensões psicopáticas em jovens tem sido igualmente relevante, como demonstrado em estudos de investigação desta matéria (Salekin, 2016).

Frick, Kimonis, Dandreaux e Farell (2003) investigaram a estabilidade temporal dos traços psicopáticos de amostras de crianças não referenciadas, num estudo longitudinal, que decorreu durante um período de 4 anos. Em geral, as estimativas de estabilidade foram altas. Os coeficientes de correlação intraclasse do Dispositivo de Despiste de Processo Antissocial (APSD) foram de .92 para o narcisismo, .90 para os traços calosos/não-emocionais e .87 para a impulsividade. De referir que os jovens avaliados inicialmente com baixos níveis de traços psicopáticos tendem a apresentar uma maior estabilidade para estes traços, que aqueles cuja avaliação inicial é mais elevada.

Obradović, Pardini, Long e Loeber (2007) exploraram a estrutura e estabilidade temporal específica dos traços calosos/não-emocionais de 506 rapazes provenientes de localidades desfavorecidas, que foram avaliados anualmente dos 8 aos 16 anos de idade. Os investigadores verificaram a unidimensionalidade, a invariabilidade longitudinal e a estabilidade temporal significativa dos traços calosos/não-emocionais desde a infância até a adolescência. Enfatizaram ainda a importância de testar a invariância longitudinal das dimensões da psicopatologia que abrangem múltiplos períodos do desenvolvimento, de

modo a uma compreensão inequívoca dos fenómenos de estabilidade e mudança temporal.

Lynam et al. (2009) analisaram a estabilidade e utilidade preditiva da psicopatia juvenil em 1500 jovens, dos 7 aos 17 anos de idade, da base de dados longitudinal do Estudo Juvenil de Pittsburgh. Os resultados para estabilidade foram mais elevados em períodos de avaliação menores, com médias de correlação intraclasse de .74 e .56 para os intervalos de análise de 6 meses e 5 anos, respetivamente. Adicionalmente, as diferenças transversais estimadas para a psicopatia foram mínimas, conferindo estimativas elevadas para a estabilidade psicopática na transição da infância para a adolescência. Dada a relação proporcional observada entre a psicopatia e a delinquência juvenil, a psicopatia juvenil serviu como fator preditor de delinquência juvenil durante a adolescência.

Forth e Book (2010) evidenciaram num estudo de revisão, a relação entre a presença e estabilidade de dimensões do construto de psicopatia com o contacto precoce com o sistema de justiça juvenil. Especificamente, a associação etária do primeiro envolvimento em atividades criminais, da primeira detenção por forças policiais e da primeira sentença judicial, em jovens com pontuações elevadas para um ou mais traços psicopáticos.

Cauffman, Skeem, Dmitrieva e Cavanagh (2016) compararam a estabilidade de pontuações de psicopatia em adolescentes e adultos. Num período de 2 anos, os investigadores puderam verificar uma menor estabilidade e previsibilidade de classificação psicopática para os adolescentes em comparação com os adultos. Estes resultados indicam que as medidas psicopáticas utilizadas em adolescentes não permitem prever consequências da psicopatia a longo prazo.

Um estudo recente focou nas contribuições genéticas e ambientais para a diferenciação individual das referências de continuidade e mudança dos traços calosos/não-emocionais em gêmeos com 2 e 3 anos de idade (Flom & Saudino, 2017). Um outro reiterou a necessidade de reforçar a investigação no estudo da dicotomia do construto da psicopatia no que concerne à flexibilidade e estabilidade do mesmo, durante a trajetória de desenvolvimento do indivíduo. Os investigadores apelaram a um maior

foco na avaliação das dimensões da psicopatia (e.g., traços calosos/não-emocionais, impulsividade e narcisismo) de forma individualizada, por forma a permitir a comparação das qualidades de mudança e manutenção que as caracterizam (Hawes et al., 2018).

2.3. Comorbidade

A comorbidade tem sido objeto de investigação na área da psicopatia juvenil, com o estudo da associação da psicopatia com outras patologias concomitantes. A literatura disponível permite aferir a elevada frequência de casos de comorbidade psiquiátrica – de perturbações disruptivas predominantes e vinculadas a um espectro externalizante comum; com a psicopatia – em crianças e adolescentes (Lahey, Loeber, Burke, Rathouz & McBurnett, 2002; Salekin, Leistico, Neumann, DiCicco & Duros, 2004; Salekin, 2017). De acordo com o DSM-V (American Psychiatric Association, 2013), os jovens diagnosticados com comorbidade psiquiátrica de Perturbação do Comportamento e Perturbação de Oposição e Desafio apresentam condições médicas pertencentes à classe patológica das “Perturbações Disruptivas, do Controlo de Impulsos e do Comportamento”. Como critério adicional, o diagnóstico da Perturbação Explosiva Intermitente pode ser considerado em casos recorrentes e que requeiram uma avaliação independente de ataques explosivos de agressividade reativa, que excedam os padrões normativos observados nas perturbações anteriores. As perturbações desta classe tendem a ser relativamente mais predominantes no sexo masculino e com início de manifestação, exceto em casos muito raros, na infância ou adolescência (DSM-V; American Psychiatric Association, 2013). Os jovens enquadrados nesta classe de diagnóstico patológico apresentam um tipo de comportamento interpessoal especificamente grave e agressivo, moderadamente estável ($r = .31$) e associado à psicopatia registada em adultos. (Lynam et al., 2007).

A perturbação do comportamento é definida como um padrão de comportamento repetitivo e persistente, que transgride os direitos básicos dos outros ou as normas/regras sociais fundamentais e próprias da idade do sujeito (DSM-V; American Psychiatric Association, 2013). Consiste num problema sério de saúde mental que engloba

comportamentos agressivos, delinquentes e criminais; e que está associado a interações emocionais, sociais e/ou acadêmicas disfuncionais (Frick, Stickle, Dandreaux, Farrell & Kimonis, 2005). Dados epidemiológicos são reveladores da elevada prevalência mundial da perturbação do comportamento, estimada em 3.2% dos jovens entre os 6 e os 18 anos de idade (Canino, Polanczyk, Bauermeister, Rohde & Frick, 2010).

A relação entre a perturbação do comportamento e os traços psicopáticos foi investigada por Frick, Bodin e Barry (2000) que verificaram correlações significativas ($r = .53 - .72$; $p < .001$) entre estas condições pelas pontuações obtidas no APSD. Recentemente, Kyranides, Fanti, Sikki & Patrick (2017) examinaram associações longitudinais moderadamente significativas, obtidas através das pontuações da escala APSD e do Inventário dos Traços Calosos/Não-Emocionais, entre a perturbação do comportamento e o narcisismo ($r = .44$; $p < .01$), a impulsividade ($r = .49$; $p < .01$) e os traços calosos/não-emocionais ($r = .35$; $p < .01$). Aliado a estes resultados puderam ainda identificar correlações prospetivas, durante um período de 4 anos, de traços psicopáticos na adolescência com comportamentos antissociais, ansiedade e respostas afetivas e fisiológicas em jovens adultos.

Para além da especificação entre um início mais precoce ou tardio do comportamento antissocial para distinguir jovens diagnosticados com perturbação do comportamento, mais recentemente, foi integrado um especificador suplementar no DSM-V (American Psychiatric Association, 2013) denominado “Com emoções pró-sociais limitadas” e composto por quatro características: Ausência de culpa ou remorso, Calo emocional/Ausência de empatia, Despreocupação com o desempenho e Afeto superficial ou insuficiente. Este especificador, identificado em estudos de investigação como traços calosos/não-emocionais (Frick, 2012) ou como a dimensão afetiva da psicopatia (Hare & Neumann, 2008) é aplicado a indivíduos que preenchem os critérios de Perturbação do Comportamento e que apresentam, no mínimo, dois dos sintomas referidos durante um período mínimo de 12 meses em múltiplos ambientes e relacionamentos; permitindo melhores critérios de diagnósticos para a classificação da Perturbação do Comportamento (Frick, 2016).

A perturbação de oposição e desafio é caracterizada por um padrão de humor irritável, comportamento desafiador, hostil e vingativo face a figuras da autoridade durante pelo menos 6 meses (DSM-V; American Psychiatric Association, 2013). Apesar de ser uma das patologias de referência para a saúde mental juvenil, a perturbação de oposição e desafio é geralmente considerada como uma das patologias mentais com sintomatologia mais próxima dos padrões normativos de comportamento da faixa etária juvenil (e.g., alterações de humor, argumentação com adultos) e frequentemente entendida como um pródromo para a Perturbação do Comportamento (Nock, Kazdin, Hiripi & Kessler, 2007). Segundo o DSM-V (American Psychiatric Association, 2013), a prevalência média estimada para este diagnóstico pode variar consoante os métodos e amostra utilizada, situando-se nos 3.3%.

A relação entre a perturbação de oposição e desafio e os traços psicopáticos foi investigada por Frick, Bodin e Barry (2000) que observaram correlações fortes ($r = .53 - .72$; $p < .001$) entre estas condições pelas pontuações obtidas no APSD. Mais recentemente, Becker, Luebbe, Fite, Greening e Stoppelbein (2013) verificaram uma associação moderada ($r = .25 - .52$; $p < .001$) entre a perturbação de oposição e desafio e os traços psicopáticos analisados (narcisismo e traços calosos/não-emocionais), com recurso às pontuações totais do APSD; com uma correlação mais forte para o narcisismo, do que para os traços calosos/não-emocionais.

É importante salientar que apesar da aparente sobreposição da perturbação do comportamento com a perturbação de oposição e desafio, os diagnósticos são diferenciais. Comparativamente, o diagnóstico da perturbação de oposição e desafio apresenta uma sintomatologia mais relacionada com: a violência psicológica; o número de locais em que estes comportamentos são manifestados; fatores de risco de orientação tanto afetiva como cognitiva e uma menor duração para o diagnóstico da patologia (mínimo 6 meses). A generalidade dos jovens com perturbação de oposição e desafio não desenvolve perturbação do comportamento, apresentando um maior risco de desenvolvimento de outros tipos de perturbações, incluindo perturbações internalizantes como ansiedade e depressão (DSM-V; American Psychiatric Association, 2013) e

perturbações relacionadas com o abuso de substâncias (Kimonis, Tatar, Joseph & Cauffman, 2012).

Importante ainda referir a alteração no DSM-V (American Psychiatric Association, 2013) da classificação da Perturbação de Hiperatividade com Défice de Atenção, que foi retirada da classe das “Perturbações Disruptivas, do Controlo de Impulsos e do Comportamento” para integrar a classe das “Perturbações Neurodesenvolvimentais”. As alterações efetuadas são indicadoras de uma maior seriedade associada a esta patologia em comparação com as perturbações disruptivas, dado a ser relacionada com défices de natureza neurobiológica e não envolver propriedades diretamente relacionadas com a perturbação da ordem pública.

3. Jovens agressores sexuais

3.1. Conceptualização de um jovem como agressor sexual

Um jovem agressor sexual, segundo a Associação Internacional para o Tratamento de Agressores Sexuais (IATSO) trata-se de um jovem entre os 12 e os 18 anos de idade que perpetrou um ato sexual contra outro indivíduo, de idade indiscriminada, com possibilidade de ser alvo de acusação formal e hipoteticamente vir a ser condenado judicialmente, após consideração do ato como crime sexual (Miner et al., 2006). Atos de agressão sexual são dos crimes mais reprováveis aos olhos da sociedade e mais associados à classe etária adulta. No entanto, uma quantidade expressiva destes atos tem como protagonistas jovens agressores sexuais, que partilham um maior número de semelhanças com a generalidade dos delinquentes juvenis do que com agressores sexuais adultos (Finkelhor, Ormrod & Chaffin, 2009). Trata-se de um grupo de jovens tipicamente heterogéneo, não se observando casos de desenvolvimento de perturbação parafílica ou atos de crime sexual em idade adulta (Ryan & Otonichar, 2016). Julga-se que jovens agressores sexuais apresentem fatores específicos e singulares que os diferenciam de outros jovens agressores abrangidos no contexto de delinquência juvenil. No entanto, certos casos excecionais de ofensas sexuais são incluídos num plano teórico de delinquência generalista indiscriminada (Seto & Lalumière, 2010).

Quanto à prevalência de agressão sexual em jovens, Singh, Parsekar e Nair (2014) referem numa revisão epidemiológica a dificuldade de aferir com exatidão o rácio e impacto da ocorrência deste tipo de casos. Os autores destacaram a variabilidade das amostras recolhidas sob o contexto de agressão sexual, a diferença temporal na realização dos estudos e a subestimação de dados como os três principais obstáculos. Sentimentos de medo e vergonha por parte das vítimas de agressão sexual, causados, respetivamente, por ameaças dos agressores e pela exposição destes casos às autoridades públicas resultam numa diminuição das queixas apresentadas às entidades competentes. Como consequência é presumível que o número total de casos de agressão sexual registados seja inferior ao número real de ocorrências (Boyd & Bromfield, 2006). Não obstante, vários estudos estimam que aproximadamente 50% dos abusos sexuais de crianças e 20% de todas as agressões sexuais são perpetradas por jovens agressores sexuais (Pratt, Miller & Boyd, 2012; como referido em Warner & Bartels, 2015). No contexto português tem-se verificado um aumento exponencial de crimes sexuais praticados por jovens, especialmente violações. No entanto, estatisticamente verificam-se menos casos de abuso sexual de crianças cometidos por jovens ($\pm 12\%$), comparativamente com a média internacional (Barroso, 2012).

3.2. Teorias de delinquência e agressão sexual juvenil: perspetiva generalista e especialista

Para uma melhor compreensão das características diferenciadores entre a agressão sexual juvenil e delinquência geral, foram formuladas duas posições teóricas: a perspetiva generalista e especialista. Respetivamente, estas abordagens contribuem em explicações para as tendências antissociais generalizadas e especializadas de agressão sexual juvenil (Butler & Seto, 2002; Marshall & Barbaree, 1990; Seto & Barbaree, 1997). Estudos recentes nesta área de investigação apresentam como objetivo principal o averiguar da existência de fatores diferenciadores específicos para a delinquência e agressão sexual juvenil (Cale, Smallbone, Rayment-McHugh & Dowling, 2016; Leroux, Pullman, Motayne & Seto, 2016; Pullman, Leroux, Motayne & Seto, 2014). A perspetiva

generalista sugere que os jovens agressores sexuais e jovens delinquentes não diferem nos fatores impulsionadores à prática do crime. Segundo esta interpretação, as atividades de cariz sexual não são isoladas, mas sim somadas a outros comportamentos delinquentes. É uma perspectiva que enfatiza a versatilidade e diversidade da conduta sexual por jovens agressores sexuais. Em contrapartida, a perspectiva especialista defende que os jovens agressores sexuais apresentam características específicas e exclusivas relacionadas com os atos de crime sexual, comparativamente aos jovens agressores não sexuais e delinquentes (Pullman & Seto, 2012; Seto & Lalumière, 2010).

Tabela 2

Perspetiva generalista vs. especialista de delinquência e agressão sexual juvenil

| Teorias de delinquência e agressão sexual juvenil | |
|--|---|
| Perspetiva generalista | Perspetiva especialista |
| <ul style="list-style-type: none"> • Fatores de risco gerais | <ul style="list-style-type: none"> • Fatores de risco particulares |
| <u>Exemplos:</u> | <u>Exemplos:</u> |
| <ul style="list-style-type: none"> ➤ traços psicopáticos ➤ tipologia de crimes não-particular ➤ idade do primeiro contacto com a justiça criminal ➤ perturbação do comportamento ➤ disciplina e supervisão parental ➤ tipo de interação com o grupo de pares | <ul style="list-style-type: none"> ➤ historial de abuso sexual ➤ isolamento social ➤ autoestima ➤ exposição a conteúdos sexuais (pornografia) ➤ comportamento sexual precoce ➤ experiências e interesses sexuais atípicos |

Como referido em Seto e Pullman (2014); Seto e Barbaree (1997) pretenderam abordar as especificidades da agressão sexual juvenil, com base num modelo explicativo assente nas trajetórias de desenvolvimento desses jovens. Uma das trajetórias é caracterizada por um início precoce de problemas comportamentais e fatores de risco generalistas, associados à delinquência geral. Os agressores podem iniciar a sua atividade sexual mais cedo que o normal e apresentarem insensibilidade ou calo emocional. Em concordância com a trajetória desenvolvimental de delinquência persistente no decorrer

da vida, elaborada por Moffitt (1993), a etiologia desta trajetória recai na interação entre a predisposição neuropsicológica individual e o potencial desviante do meio em que o indivíduo se desenvolve. Outra das trajetórias é qualificada como uma tipologia de agressão sexual oportunista, cujo início das atividades de cariz predominantemente sexual é mais tardio, particular e fugaz; de acordo com a explicação de Moffitt (1993) para a trajetória desenvolvimental de delinquência limitada à adolescência. No entanto, num estudo mais recente, Pullman et al. (2014) observaram limitações para o suporte do esquema de classificação com base na idade de início das atividades delinquentes e sexuais em jovens agressores sexuais.

Butler e Seto (2002) elaboraram um estudo de investigação com o objetivo de diferenciarem adolescentes agressores sexuais, quanto ao historial de ofensas sexuais e/ou não-sexuais. Numa primeira fase, dividiram os participantes em três grupos: um grupo de jovens agressores sexuais ($n = 32$); um grupo de jovens delinquentes versáteis ($n = 48$); e um grupo de jovens delinquentes não-agressivos ($n = 34$). Posteriormente, subdividiram os jovens agressores sexuais em dois grupos: um grupo exclusivo de jovens agressores sexuais ($n = 22$), nomeado secundariamente como um grupo de agressores “apenas-sexuais”; e um grupo de jovens agressores sexuais versáteis ($n = 10$), também nomeado como um grupo de agressores “extra-sexuais”, em casos específicos de indivíduos com historial de acusação por ofensa sexual e não-sexual. Os resultados indicaram que os agressores “apenas-sexuais” exibiam um menor risco de delinquência futura (e.g., histórico criminal, abuso de substâncias, problemas familiares) e menos problemas de comportamento do que os grupos de jovens delinquentes e agressores “extra-sexuais”. Na generalidade, os agressores “extra-sexuais” apresentaram mais semelhanças com o grupo de jovens delinquentes versáteis do que com o grupo de agressores “apenas-sexuais”. De interesse referir que os jovens delinquentes versáteis apresentaram uma conduta problemática superior aos jovens agressores sexuais versáteis. Os investigadores argumentaram que a sobreposição das diferenças entre os grupos de jovens agressores sexuais, em relação às semelhanças entre os jovens delinquentes e jovens agressores sexuais deveu-se a um menor número de jovens do subgrupo de agressividade sexual versátil (“extra-sexual”), que por norma são mais análogos com os

grupos de jovens delinquentes não-sexuais. Estes resultados confirmam a necessidade de uma avaliação conjunta dos fatores que potenciam tendências antissociais generalizadas, com o suplemento dos comportamentos ou características sexuais específicas.

Com base nos modelos teóricos generalista e especialista, Seto e Lalumière (2010) examinaram 59 estudos numa meta-análise que comparou jovens agressores sexuais ($n = 3\ 855$) com jovens agressores não-sexuais ($n = 13\ 393$) do sexo masculino, quanto a variáveis no âmbito da delinquência geral e sexual (p.e. idade do primeiro contacto com a justiça criminal, perturbações no comportamento, tendências antissociais, problemas interpessoais e familiares, exposição a violência, inteligência, abuso de substâncias, sexualidade e psicopatologia). Os resultados não suportaram o princípio, para todas as variáveis, de que uma explicação para a agressão sexual juvenil se deva circunscrever a uma descrição simplificada desses comportamentos como manifestações de tendências antissociais gerais. Os jovens agressores sexuais apresentaram maior probabilidade para situações de isolamento social, exposição a conteúdos sexuais (pornografia), violência familiar, abuso sexual e interesse sexual atípico. Indicadores de abuso de substâncias, historial criminal e de grupo de pares delinquentes foram inferiores em comparação com os dados dos jovens agressores não-sexuais. Não obstante, as diferenças entre os dois grupos de jovens não foram significativas quanto à idade do primeiro contacto com a justiça criminal, a traços de personalidade antissocial, a atitudes e crenças antissociais, a perturbações no comportamento e psicopatologia geral. Os investigadores concluíram que um modelo especialista para a agressão sexual juvenil poderá ser o mais adequado para a explicação de manifestações complexas e diferenciadoras que são perpetradas por jovens agressores sexuais, rejeitando assim uma noção simplista de avaliação dessas manifestações como tendências antissociais generalizadas.

Leibowitz, Burton e Howard (2012) compararam adolescentes abusadores sexuais sexualmente vitimizados ($n = 143$) e não vitimizados ($n = 177$) com jovens delinquentes que não foram vítimas de abuso sexual ($n = 152$), com o objetivo de determinar as semelhanças entre os grupos quanto às tipologias de agressão sexual. O grupo de jovens agressores sexuais que foram vítimas de abuso sexual reportou níveis significativamente mais elevados de trauma, abuso sexual e físico. Em 87% das análises efetuadas o grupo

de delinquência geral apresentou menos problemas no desenvolvimento (e.g., trauma e exposição precoce a pornografia) e comportamento (agressão sexual, estimulação sexual, uso de pornografia e atividades não sexuais) que os dois grupos de jovens agressores sexuais. De notar que em certas avaliações (e.g., condenação por furto e roubo/assalto) o grupo de delinquência geral e de jovens abusadores sexuais não vitimizados apresentaram semelhanças, e diferenças significativas para com o grupo de jovens abusadores sexuais vitimizados.

Wanklyn et al. (2012) pretenderam compreender os precursores de violência sexual juvenil, com base nas posições generalista e especialista de agressão sexual, pela comparação dos fatores de risco (e.g., individuais, familiares, por influência de pares e comunitários) de três grupos de jovens agressores: um grupo de jovens agressores não-sexuais violentos ($n = 172$); um grupo exclusivo de jovens agressores sexuais ($n = 28$); e um grupo de jovens agressores sexuais violentos e versáteis ($n = 24$). Quanto às características criminais os dados foram homólogos para os grupos de jovens agressores não-sexuais e sexuais violentos e versáteis, apenas se verificando diferenças para a variável criminal referente ao tempo de condenação, que foi superior para o grupo de jovens agressores sexuais violentos e versáteis. Em geral, os investigadores consideraram que os resultados refletiram a heterogeneidade dos grupos analisados, dando suporte tanto para a perspectiva generalista como especialista de comportamento delinvente e de agressão sexual juvenil. Os grupos de jovens agressores sexuais compartilharam tendências comportamentais idênticas e específicas, exibindo uma maior probabilidade para manifestarem comportamento sexual precoce, baixa autoestima, terem mães mais jovens e um historial de abuso sexual; diferindo quanto a estas características, de tendências antissociais generalistas do grupo constituído por jovens agressores não-sexuais violentos.

No contexto português, numa investigação composta por cinco estudos, Barroso (2012) efetuou análises comparativas entre 118 jovens agressores sexuais, 112 jovens agressores não-sexuais e 98 jovens não agressores de CE, Estabelecimentos Prisionais (EP) e na comunidade, baseando-se em variáveis demográficas e criminais, perturbação do comportamento, tendências antissociais, características familiares, sociais e

comunitárias e interesses sexuais. A investigação teve como principal objetivo determinar as especificidades dos grupos de jovens agressores sexuais e jovens agressores não-sexuais. Os resultados permitiram a observação de características semelhantes entre estes dois grupos, nomeadamente, quanto a perturbações do comportamento (no contexto escolar e no quotidiano); à média de idade de início desses comportamentos; tendências antissociais (ausência de manifestações de empatia e atitude crítica limitada em relação aos atos delinquentes perpetrados) e quanto à disfuncionalidade familiar (problemas de supervisão e de imposição de regras e limites comportamentais pelos pais). A divergência entre os grupos foi mais significativa em variáveis especificamente relacionadas com a sexualidade.

Boonman et al. (2015) estudaram o relacionamento entre o comportamento sexual violento e os traços psicopáticos de 71 jovens agressores sexuais, 416 jovens delinquentes generalistas e 331 jovens da população geral. Com recurso ao Inventário de Traços Psicopáticos Juvenis, um instrumento de autorresposta, os investigadores obtiveram resultados contraintuitivos, dado que os grupos de jovens agressores sexuais e jovens delinquentes generalistas apresentaram valores significativamente mais baixos para os traços psicopáticos, que os jovens da população geral. Perante estes resultados, os investigadores equacionam a fiabilidade dos instrumentos de autorresposta para a comparação dos traços psicopáticos entre amostras forenses e amostras da população geral de jovens.

4. Objetivos específicos e questão geral de investigação

A presente dissertação tem como objetivos específicos o estudo comparativo das características sociodemográficas e criminais, dos traços psicopáticos, dos níveis de agressividade reativa e proactiva, e da perturbação do comportamento de jovens delinquentes e jovens agressores sexuais internados em CE. Nesta sequência, operacionalizaram-se os objetivos específicos numa questão geral de investigação, tendo em consideração a subdivisão dos jovens em grupos de estudo:

– Existem diferenças entre o grupo de delinquência geral não-sexual e o grupo de delinquência misto, no que diz respeito a características sociodemográficas e criminais, a traços psicopáticos, a níveis de agressividade reativa e proativa, e à presença de perturbação do comportamento?

5. Hipóteses de investigação

Decorrente do enquadramento teórico efetuado na primeira parte da dissertação e da operacionalização dos objetivos específicos numa questão geral de investigação foram formuladas as seguintes hipóteses:

Hipótese A (H_A): O grupo de delinquência geral não-sexual e o grupo de delinquência misto não apresentam diferenças quanto às características sociodemográficas.

Hipótese B (H_B): O grupo de delinquência geral não-sexual e o grupo de delinquência misto não evidenciam diferenças significativas quanto às características criminais.

Hipótese C (H_C): O grupo de delinquência geral não-sexual não demonstra diferenças significativas relativamente aos traços psicopáticos, quando comparado com o grupo de delinquência misto.

Hipótese D (H_D): Quanto aos níveis de agressividade reativa e proativa não se verificam diferenças significativas entre os dois grupos.

Hipótese E (H_E): Os jovens de ambos os grupos não apresentam diferenças no que diz respeito à presença de perturbação do comportamento.

PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO

1. Metodologia

1.1. Participantes

A amostra forense ficou constituída, na sua totalidade, por 214 jovens do sexo masculino que se encontravam a cumprir medidas de internamento em CE, sob tutela do Ministério da Justiça português. Os participantes foram distribuídos num grupo de delinquência geral não-sexual ($n = 180$; $M = 16,44$ anos; $SD = 1,22$ anos; intervalo = 13–19 anos) e num grupo de delinquência misto ($n = 34$; $M = 16,15$ anos; $SD = 1,58$ anos; intervalo = 12–18 anos).

1.2. Plano metodológico

O plano metodológico consistiu na pesquisa bibliográfica de estudos longitudinais, artigos de revisão e modelos teóricos sobre a delinquência juvenil num contexto geral e específico da criminalidade sexual juvenil. A seleção bibliográfica foi efetuada com preferência pela ordem de relevância, pré-atribuída aos artigos perante a investigação de um tópico pertinente para o estudo, particularmente na pesquisa dos modelos teóricos de delinquência e agressão sexual juvenil.

O desenho da investigação pode ser definido como quantitativo, transversal e não-experimental (Bachman & Schutt, 2013; Gliner & Morgan, 2009). A análise das características e especificidades da amostra foi realizada com ênfase na comparação das variáveis delineadas para a investigação, segundo as perspetivas generalista e especialista que avaliam, respetivamente, os fatores uniformes e diferenciadores entre jovens delinquentes e jovens agressores sexuais.

Perante a impossibilidade de recolha de dados no terreno, recorreu-se à base de dados do Prof. Doutor Pedro Pechorro, que será utilizada no âmbito do projeto de investigação com o título “*Reincidência criminal e traços psicopáticos entre jovens delinquentes*”. Esta base de dados inclui informações relativas aos índices de reincidência

criminal e de traços psicopáticos de uma amostra forense de jovens delinquentes internados exclusivamente em CE.

Após uma análise orientada dos dados processuais dos jovens delinquentes da amostra forense referida foi possível distinguir e dividir a mesma, com a finalidade de abordar e relacionar a delinquência juvenil com a criminalidade sexual juvenil. De assinalar que a base de dados foi recolhida exclusivamente em CE, pelo que no nosso entendimento, a comparação desta amostra forense juvenil neste contexto específico e exclusivo confere originalidade e pertinência ao estudo de investigação, tendo em conta a limitada bibliografia disponível relacionada com esta temática no panorama de investigação português.

1.3. Critérios de seleção e constituição dos grupos

Não obstante a amostra forense em questão não poder ser considerada como representativa da população total de jovens delinquentes e jovens agressores sexuais no contexto português, foi possível definir e caracterizar uma população representativa da totalidade de jovens institucionalizados em CE, com aqueles que se disponibilizaram a contribuir com os seus dados para análise. Trata-se da população masculina de jovens delinquentes e jovens agressores sexuais que se encontravam institucionalizados a cumprir medidas tutelares educativas, nos anos de 2016 e 2017, na rede de CE em atividade aquando da recolha, sob alçada do Ministério da Justiça português. Concretamente, nos CE situados em Lisboa (CE da Bela Vista, CE Navarro Paiva e CE Padre António Oliveira), em Coimbra (CE dos Olivais), no Porto (CE de Santo António) e em Vila do Conde (CE de Santa Clara). Todos os jovens que satisfizeram os critérios e condições de seleção da amostra foram distribuídos, por conveniência e de acordo com a grelha de dados processuais, em dois grupos: num grupo de delinquência geral não-sexual (GDGNS) e num grupo de delinquência misto (GDM). No caso do GDGNS foram integrados os jovens que tenham sido institucionalizados por comportamentos delinquentes, com exclusão daqueles que tenham praticado crimes de índole sexual.

Quanto ao GDM foram incluídos os jovens institucionalizados pela prática de atos delinquentes e crimes de cariz sexual.

De modo a assegurar uma análise mais consistente das diferenças entre jovens delinquentes e jovens agressores sexuais, era pretendido o uso de dados de jovens delinquentes gerais e de jovens agressores exclusivamente sexuais. Contudo, a amostra forense da base de dados que foi utilizada não continha um número significativo de jovens cujos delitos se limitaram a crimes sexuais ($n = 3$), tendo sido incluídos no GDM.

No que concerne os critérios de seleção, a perpetração de atos de índole sexual (e.g., importunação sexual, comportamentos sexuais de risco) no historial de registos criminais de cada jovem foi o critério diferenciador que permitiu dividir a amostra forense nos dois grupos referidos, dado que todos os jovens da amostra apresentavam registos de condutas delinquentes (e.g., absentismo escolar, perturbação da ordem pública, uso de armas, abuso de força). Como critérios de inclusão só foram selecionados jovens delinquentes e jovens agressores sexuais do sexo masculino, pelo facto de representarem mais de 90% de admissões a CE; com idades compreendidas entre os 12 e os 20 anos de idade, porque é a faixa etária em que os jovens são passíveis de detenção sob a LTE; e com o quarto ano de escolaridade completo. Tiveram ainda de demonstrar capacidade de entender e preencher os questionários e o termo de consentimento informado. Os critérios de exclusão predefinidos foram o sexo feminino, jovens internados de curta duração em CE (< 3 meses; implica a exclusão de jovens internados sob medida cautelar de guarda) e indivíduos com compreensão comprometida.

2. Instrumentos

2.1. Grelha de recolha de dados processuais

A grelha de recolha de dados processuais representa o conjunto de informações particulares recolhidas dos jovens institucionalizados, com a finalidade de selecionar aqueles cujos parâmetros são compatíveis com os critérios de seleção pré-definidos pelo investigador para a análise da amostra. As informações são recolhidas através da consulta

do registo criminal de cada jovem e do preenchimento individual do questionário sociodemográfico e criminal. O recurso a este questionário permite registar dados que possibilitam o estudo de diversas variáveis (e.g., a idade do delinquente; o grupo étnico e nacionalidade; o contexto familiar e comunitário; a idade do primeiro contacto com a atividade criminal, com a lei e de entrada em CE). De salientar que o NSE familiar foi analisado tendo em consideração a realidade portuguesa (Simões, 1994) e que a idade do primeiro problema com as autoridades foi definida como – a idade do jovem quando se confrontou com intervenção da polícia (e.g., idade aquando da primeira detenção policial) (Pechorro, 2011; Pechorro, Poiares, Barroso, Nunes & Jesus, 2015).

2.2. Dispositivo de Despiste de Processo Antissocial (APSD-SR)

O Dispositivo de Despiste de Processo Antissocial (*Antisocial Process Screening Device* – APSD; Frick & Hare, 2001) versão autorresposta (APSD-SR) é um instrumento de medição psicométrico multidimensional, projetado para a avaliação de traços psicopáticos em crianças e adolescentes entre os 11 e os 18 anos de idade. Originalmente chamado *Psychopathy Screening Device* (PSD), foi modelado a partir da *Psychopathy Checklist - Revised* (PCLR; Hare, 2003) com a colaboração do próprio Hare, tendo por base amostras clínicas e comunitárias. É composto por 20 itens cotados numa escala ordinal tipo *Likert* de 3 pontos (Falso = 0; Por vezes verdade = 1; Muitas vezes verdade = 2). Subjacente a esta escala de classificação, dos 20 itens: 5 itens são relativos à dimensão Impulsividade, 6 itens à dimensão Traços calosos/não-emocionais e 7 itens à dimensão Narcisismo (Frick, Bodin, & Barry, 2000). As pontuações são calculadas tendo em consideração a reversão prévia dos valores dos itens (3, 7, 12, 18 e 20), seguindo-se a soma de todos os itens para obtenção da pontuação total e das pontuações fatoriais. Tal como no estudo de Pechorro (2011) também se pretende reverter o valor do item 19. A escala é composta por três fatores principais: Traços calosos/não-emocionais, Narcisismo e Impulsividade. Pontuações elevadas são indicativas de um aumento da presença de traços psicopáticos (Pechorro, Marôco, Poiares, & Vieira, 2013; Pechorro, Hidalgo, Nunes, & Jimenez, 2016). A validade dos critérios do construto fatorial do APSD está comprovada em vários estudos de investigação (e.g., Vitacco, Rogers & Neumann, 2003;

Pechorro, Marôco, Poiares & Vieira, 2013; Pechorro, Hidalgo, Nunes & Jiménez, 2016), para procedimentos de avaliação dos traços psicopáticos em amostras de crianças e/ou adolescentes (Sharp & Kine, 2008). A consistência interna do APSD-SR no presente estudo, estimada pelo alfa *Cronbach* foi a seguinte: APSD-SR Total = .77; Traços calosos/não-emocionais = .60; Impulsividade = .50; Narcisismo = .72. Tanto a dimensão Impulsividade como a dimensão Traços calosos/não-emocionais apresentaram uma consistência interna baixa. Para esta última dimensão, a sua associação com uma consistência interna baixa é considerada como uma propriedade comum em estudos que recorrem ao instrumento psicométrico APSD-SR (e.g., Muñoz & Frick, 2007; Pechorro et al., 2015).

2.3. Questionário de Agressividade Reativa-Proativa (RPQ)

O Questionário de Agressividade Reativa-Proativa (*Reactive-Proactive Aggression Questionnaire* – RPQ; Raine et al., 2006) é uma medida de autorresposta constituída por 23 itens que distingue entre agressividade reativa e proativa. Cada item é cotado numa escala ordinal de *Likert* de 5 pontos, de “Quase Nunca/Nunca” a “Quase Sempre/Sempre”. Um total de 11 itens avaliam a agressão reativa (por exemplo, "Reagir com raiva quando provocado por outros") e 12 itens avaliam a agressão proativa (por exemplo, "Prejudicar outros para ganhar um jogo"). A pontuação total e as pontuações de cada dimensão são obtidas somando os respetivos itens. Pontuações elevadas indicam maiores níveis de agressividade. O RPQ pode ser utilizado com adolescentes e jovens adultos. Na presente investigação foi utilizada a versão adaptada do RPQ para o contexto português (Pechorro, Ray, Raine, Marôco, & Gonçalves, 2017). A consistência interna do RPQ para o presente estudo, estimada pelo alfa de *Cronbach* foi a seguinte: RPQ Total = .91; Agressividade Reativa = .82; Agressividade Proativa = .88.

2.4. Questionário dicotómico de Perturbação do Comportamento (PC–DSM-V)

De acordo com os critérios de diagnóstico da revisão mais recente do Manual de Diagnóstico e Estatística de Perturbações Mentais (*Diagnostic and Statistical Manual of*

Mental Disorders 5th Ed.; DSM-5; American Psychiatric Association, 2013) pretende-se avaliar a amostra forense quanto à presença de Perturbação do Comportamento (PC). O questionário dicotômico de autorresposta PC–DSM-V baseia-se na formulação de questões com duas respostas possíveis, “Sim” ou “Não”, com base nos 15 itens/critérios de diagnóstico (ver Anexo G) estipulados para a aferição desta patologia (Pechorro, 2011). A consistência interna do questionário dicotômico PC–DSM-V para o presente estudo, estimada pelo alfa de *Cronbach* foi de .77.

3. Procedimentos

3.1. Procedimento de tratamento de dados

Relativamente aos procedimentos estatísticos, os dados relativos aos questionários foram inseridos e analisados no *software* informático de tratamento de dados estatísticos, IBM SPSS *Statistics* para *Windows*, versão 25 (IBM Corp., 2017). Recorreu-se ao uso de técnicas paramétricas: análise de variância simples (ANOVA) perante uma distribuição normal (assimetria e curtose entre -2 e 2), com ou sem homogeneidade de variâncias, para analisar a variável sociodemográfica Ano de Escolaridade Completo do Jovem; as variáveis criminais Idade de 1º Envolvimento em Atividades Ilegais, Idade de 1º Problema com a Lei, Idade de 1ª Entrada em CE, Tempo (dias) de Condenação Internamento; a variável Perturbação do Comportamento DSM-V; as dimensões dos traços psicopáticos do APSD-SR e as variáveis Agressividade Reativa e Proativa do RPQ. Nos casos em que não se verificou distribuição normal ou em que as variáveis em questão não sejam contínuas, como nos exemplos dos instrumentos psicométricos que recorrem a escalas ordinais de *Likert*, utilizaram-se técnicas não paramétricas: Teste H de *Kruskal-Wallis* para variáveis ordinais como a variável sociodemográfica NSE dos Progenitores e Teste Qui-quadrado de *Pearson* para variáveis nominais como as variáveis sociodemográficas Grupo Étnico, Nacionalidade, Rural vs. Urbano/Semiurbano, Medicamentos Psiquiátricos e a variável criminal Criminalidade Violenta. (Marôco, 2018). A consistência interna dos fatores foi avaliada através do alfa de *Cronbach* e considerou-se um valor mínimo de $\alpha = .70$ como aceitável para os propósitos da

investigação (Marôco & Garcia-Marques, 2006). O nível de significância estatística dos resultados foi estabelecido para o valor limiar de $p < .05$ (grau de confiança $> 95\%$) (Marôco, 2018).

4. Resultados

Na fase inicial de análise de dados, procedeu-se ao tratamento descritivo e comparativo de variáveis moderadoras do tipo sociodemográficas entre os dois grupos de participantes. Quanto à variável Grupo Étnico não se encontraram diferenças estatisticamente significativas nas proporções de cada categoria étnica entre os dois grupos da amostra (ver Tabela 3). O número de indivíduos caucasianos foi superior ao das minorias étnicas.

Tabela 3

Descritivas e Teste de Qui-quadrado da variável sociodemográfica Grupo Étnico

| | GDGNS | GDM | χ^2 , valor p |
|------------------|-------------|------------|----------------------|
| | n (%) | n (%) | |
| Caucasianos | 100 (55.6%) | 20 (58.8%) | $\chi^2 = .12$ |
| Minorias étnicas | 80 (44.4%) | 14 (41.2%) | $p = .85$ |
| Total | 180 (100%) | 34 (100%) | |

Nota. GDGNS = Grupo de Delinquência Geral Não-Sexual; GDM = Grupo de Delinquência Misto. Valor p obtido por Qui-quadrado (Exact sig. 2-sided); χ^2 = Qui-quadrado.

No caso da variável Nacionalidade não foram apuradas diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos da amostra (ver Tabela 4). Como demonstrado, a nacionalidade portuguesa foi a mais predominante, seguida pela dos países de África.

Tabela 4

Descritivas e Teste de Qui-quadrado da variável sociodemográfica Nacionalidade

| | GDGNS | GDM | x^2 , valor p |
|-------------------------|-------------|------------|-------------------|
| | n (%) | n (%) | |
| Portuguesa | 151 (83.9%) | 29 (85.3%) | $x^2 = 1.64$ |
| Outros Países da Europa | $n < 5$ | $n < 5$ | $p = .76$ |
| Países de África | 22 (12.2%) | 4 (11.8%) | |
| Brasileira | $n < 5$ | $n < 5$ | |
| Outras | $n < 5$ | $n < 5$ | |
| Total | 180 (100%) | 34 (100%) | |

Nota. GDGNS = Grupo de Delinquência Geral Não-Sexual; GDM = Grupo de Delinquência Misto. Valor p obtido por Qui-quadrado (Exact sig. 2-sided); x^2 = Qui-quadrado.

No que diz respeito à variável Residência em meio Rural *versus* Urbano/Semiurbano não se observaram diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos da amostra (ver Tabela 5). De notar a predominância da localização de residência em zona urbana/semiurbana.

Tabela 5

Descritivas e Teste de Qui-quadrado da variável sociodemográfica Residência em meio Rural vs. Urbano/Semiurbano

| | GDGNS | GDM | x^2 , valor p |
|-------------------|-------------|------------|-------------------|
| | n (%) | n (%) | |
| Rural | 10 (5.6%) | 3 (8.8%) | $x^2 = .54$ |
| Urbano/Semiurbano | 170 (94.4%) | 31 (91.2%) | $p = .70$ |
| Total | 180 (100%) | 34 (100%) | |

Nota. GDGNS = Grupo de Delinquência Geral Não-Sexual; GDM = Grupo de Delinquência Misto. Valor p obtido por Qui-quadrado (Exact sig. 2-sided); x^2 = Qui-quadrado.

No que concerne à variável Ano de escolaridade completo do jovem não se encontraram diferenças estatisticamente significativas (ver Tabela 6). Contudo foi possível verificar que todos os jovens completaram em média 6 anos de escolaridade.

Tabela 6

Descritivas e ANOVA da variável sociodemográfica Ano de Escolaridade Completo do Jovem

| Idade | GDGNS | GDM | F, valor p |
|---------------|-------------|-------------|------------|
| <i>n</i> | 180 | 34 | $F = 1.62$ |
| <i>M (SD)</i> | 6.22 (1.41) | 6.56 (1.58) | $p = .20$ |

Nota. *M* = Média; *SD* = Desvio padrão; GDGNS = Grupo de Delinquência Geral Não-Sexual; GDM = Grupo de Delinquência Misto. Valor *p* obtido por ANOVA.

Relativamente ao NSE dos progenitores não se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos da amostra (ver Tabela 7). Foi apurado um NSE médio-baixo para os progenitores de ambos os grupos (Simões, 1994).

Tabela 7

Descritivas e Teste H de Kruskal-Wallis da variável sociodemográfica Nível Socioeconómico (NSE) dos Progenitores

| | GDGNS | GDM | H, valor p |
|----------------|-----------|-----------|------------|
| <i>N</i> | 161 | 32 | $H = .11$ |
| <i>MR (IR)</i> | 96.46 (1) | 99.72 (1) | $p = .76$ |

Nota. *MR* = Mediana das Ordens; *IR* = Intervalo Interquartil; GDGNS = Grupo de Delinquência Geral Não-Sexual. GDM = Grupo de Delinquência Misto. Valor *p* obtido por H de *Kruskal-Wallis* (Exact sig. 2-sided); *H* = *H* de *Kruskal-Wallis*.

No que diz respeito à variável referente à toma de medicamentos psiquiátricos, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos da amostra, verificando-se que a maioria dos jovens delinquentes de ambos os grupos não consome medicamentos psiquiátricos (ver Tabela 8).

Tabela 8

Descritivas e Teste de Qui-quadrado da variável sociodemográfica Medicamentos Psiquiátricos

| | GDGNS | GDM | χ^2 , valor p |
|-------|-------------|------------|----------------------|
| | n (%) | n (%) | |
| Não | 134 (74.4%) | 21 (61.8%) | $\chi^2 = 2.30$ |
| Sim | 46 (25.6%) | 13 (38.2%) | $p = .15$ |
| Total | 180 (100%) | 34 (100%) | |

Nota. GDGNS = Grupo de Delinquência Geral Não-Sexual. GDM = Grupo de Delinquência Misto. Valor p obtido por Qui-quadrado (Exact sig. 2-sided); χ^2 = Qui-quadrado.

Quanto às variáveis do tipo criminal, não se observaram diferenças estatisticamente significativas quanto à idade do primeiro envolvimento em atividades ilegais, tanto para os jovens do GDGNS como do GDM (ver Tabela 9). De notar que a idade média aferida foi de 11 anos para ambos os grupos.

Tabela 9

Descritivas e ANOVA da variável criminal Idade de 1º Envolvimento em Atividades Ilegais

| Idade | GDGNS | GDM | F , valor p |
|--------------|--------------|--------------|-----------------|
| n | 180 | 34 | $F = 2.43$ |
| M (SD) | 11.13 (2.11) | 11.76 (2.46) | $p = .12$ |

Nota. M = Pontuação média. SD = Desvio Padrão. GDGNS = Grupo de Delinquência Geral Não-Sexual. GDM = Grupo de Delinquência Misto. Valor p obtido por ANOVA.

No que concerne a idade do primeiro problema com a lei, também não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os grupos analisados (ver Tabela 10). A idade média calculada foi de aproximadamente 13 anos tanto para o GDGNS como para o GDM.

Tabela 10

Descritivas e ANOVA da variável criminal Idade de 1º Problema com a Lei

| Idade | GDGNS | GDM | F, valor p |
|---------------|--------------|--------------|------------|
| <i>n</i> | 180 | 34 | $F = 1.90$ |
| <i>M (SD)</i> | 12.63 (1.88) | 13.12 (1.90) | $p = .17$ |

Nota. *M* = Pontuação média. *SD* = Desvio Padrão. GDGNS = Grupo de Delinquência Geral Não-Sexual. GDM = Grupo de Delinquência Misto. Valor *p* obtido por ANOVA.

No que diz respeito à primeira entrada em CE do Ministério da Justiça, igualmente, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre o GDGNS e o GDM. A idade média de entrada em CE dos jovens dos grupos de delinquência geral não-sexual e de delinquência misto foi de sensivelmente 15 anos, sendo a idade mínima de entrada de 12 anos e a máxima de 18 anos (ver Tabela 11). De lembrar que, segundo a LTE em vigor, um jovem pode estar em CE até ao dia em que faz 21 anos, desde que os factos tenham ocorrido entre o dia em que fez 12 anos e o dia em que fez 16 anos.

Tabela 11

Descritivas e ANOVA da variável criminal Idade de 1ª Entrada em CE

| Idade | GDGNS | GDM | F, valor p |
|----------------------|--------------|--------------|------------|
| <i>n</i> | 180 | 34 | $F = 2.71$ |
| <i>M (SD)</i> | 15.38 (1.24) | 15.00 (1.26) | $p = .10$ |
| <i>Mínimo-Máximo</i> | 12–18 | 13–18 | |

Nota. *M* = Pontuação média. *SD* = Desvio Padrão. GDGNS = Grupo de Delinquência Geral Não-Sexual. GDM = Grupo de Delinquência Misto. Valor *p* obtido por ANOVA.

Aos jovens cuja decisão de internamento em CE já teria sido proferida, não se observaram diferenças estatisticamente significativas quanto à duração média de internamento em ambos os grupos (ver Tabela 12). De referir que a duração média de internamento para a totalidade dos jovens em análise rondou os 636 dias/21 meses.

Tabela 12

Descritivas e ANOVA da variável criminal Tempo (dias) de Condenação Internamento

| Idade | GDGNS | GDM | F, valor p |
|-----------------------------|-----------------|-----------------|------------|
| <i>n</i> | 180 | 34 | $F = 2.22$ |
| <i>M (SD)</i> | 624.54 (248.78) | 696.09 (296.22) | $p = .14$ |
| <i>M (SD) Total (n=214)</i> | 635.91 (257.47) | | |

Nota. *M* = Pontuação média. *SD* = Desvio Padrão. GDGNS = Grupo de Delinquência Geral Não-Sexual. GDM = Grupo de Delinquência Misto. Valor *p* obtido por ANOVA.

Para a última variável criminal, igualmente às análises anteriores, também não se observaram diferenças estatisticamente significativas entre o GDGNS e o GDM. A maioria dos jovens encontrava-se em CE devido a crimes classificados como violentos, conforme se pode observar na tabela seguinte (ver Tabela 13).

Tabela 13

Descritivas e Teste de Qui-quadrado da variável criminal Criminalidade Violenta

| | GDGNS | GDM | χ^2 , valor p |
|-------|--------------|--------------|--------------------|
| | <i>n</i> (%) | <i>n</i> (%) | |
| Não | 12 (6.7%) | 1 (2.9%) | $\chi^2 = .70$ |
| Sim | 168 (93.3%) | 33 (97.1%) | $p = .49$ |
| Total | 180 (100%) | 34 (100%) | |

Nota. GDGNS = Grupo de Delinquência Geral Não-Sexual; GDM = Grupo de Delinquência Misto. Valor *p* obtido por Qui-quadrado (Exact sig. 2-sided); χ^2 = Qui-quadrado.

Quanto às dimensões da versão autorresposta do APSD (APSD-SR) observaram-se resultados estatisticamente significativos para os traços calosos/não-emocionais ($F(1, 212) = 4.16, p < .05$), com pontuações mais elevadas para o GDGNS em comparação com o GDM (ver Tabela 14). Não se verificaram diferenças estatisticamente significativas para o APSD Total, Impulsividade e Narcisismo.

Tabela 14

Descritivas e ANOVA das dimensões do APSD-SR

| | GDGNS | GDM | <i>F</i> , valor <i>p</i> |
|-----------------------------------|------------------------|------------------------|-----------------------------------|
| | <i>n</i> = 180 | <i>n</i> = 34 | |
| | <i>M</i> (<i>SD</i>) | <i>M</i> (<i>SD</i>) | |
| APSD Total | 16.00 (5.12) | 15.06 (4.08) | <i>F</i> = 1.02 <i>p</i> = .31 |
| Traços calosos/ não-emocionais | 5.35 (1.98) | 4.59 (2.09) | <i>F</i> = 4.16 <i>p</i> = .04 |
| Impulsividade | 4.34 (1.66) | 4.44 (1.50) | <i>F</i> = .11 <i>p</i> = .74 |
| Narcisismo | 4.14 (2.55) | 4.09 (2.05) | <i>F</i> = .02 <i>p</i> = .90 |

Nota. APSD-SR = Dispositivo de Despiste de Processo Antissocial - versão autorresposta; *M* = Pontuação média; *SD* = Desvio Padrão; GDGNS = Grupo de Delinquência Geral Não-Sexual; GDM = Grupo de Delinquência Misto. Valor *p* obtido por ANOVA.

No que concerne as variáveis relativas à agressividade do RPQ não foram observadas diferenças significativas para o RPQ Total, Agressividade Reativa e Agressividade Proativa entre o GDGNS e o GDM (ver Tabela 15). De salientar que a totalidade dos jovens analisados demonstraram valores superiores para a agressividade reativa.

Tabela 15

Descritivas e ANOVA das variáveis Agressividade Reativa e Proativa do RPQ

| | GDGNS | GDM | <i>F</i> , valor <i>p</i> |
|------------------------|------------------------|------------------------|----------------------------------|
| | <i>n</i> = 180 | <i>n</i> = 34 | |
| | <i>M</i> (<i>SD</i>) | <i>M</i> (<i>SD</i>) | |
| RPQ Total | 19.74 (6.84) | 20.03 (8.26) | <i>F</i> = .05 <i>p</i> = .83 |
| Agressividade Reativa | 10.73 (3.25) | 10.91 (3.71) | <i>F</i> = .09 <i>p</i> = .77 |
| Agressividade Proativa | 9.01 (4.29) | 9.12 (5.16) | <i>F</i> = .02 <i>p</i> = .90 |

Nota. RPQ = Questionário de Agressividade Reativa-Proativa; *M* = Pontuação média; *SD* = Desvio Padrão; GDGNS = Grupo de Delinquência Geral Não-Sexual; GDM = Grupo de Delinquência Misto. Valor *p* obtido por ANOVA.

Por último, não se observaram diferenças estatisticamente significativas quanto à presença de Perturbação do Comportamento entre os jovens do GDGNS e o GDM (ver Tabela 16). De salientar que as pontuações foram elevadas para os jovens de ambos os grupos e que bastam 3 respostas afirmativas no questionário PC–DSM-V para se considerar um diagnóstico patológico como positivo.

Tabela 16

Descritivas e ANOVA da variável Perturbação do Comportamento DSM-V

| | GDGNS | GDM | <i>F</i> , valor <i>p</i> |
|------------------------|-------------|-------------|---------------------------|
| <i>N</i> | 180 | 34 | <i>F</i> = 1.72 |
| <i>M</i> (<i>SD</i>) | 7.39 (3.28) | 6.59 (3.14) | <i>p</i> = .19 |

Nota. DSM-V = Manual de Diagnóstico e Estatística de Perturbações Mentais - 5ª Edição; PC = Perturbação do Comportamento; *M* = Pontuação média; *SD* = Desvio Padrão; GDGNS = Grupo de Delinquência Geral Não-Sexual; GDM = Grupo de Delinquência Misto; GDM = Grupo de Delinquência Misto. Valor *p* obtido por ANOVA.

5. Discussão

O estudo de investigação visou a comparação das características sociodemográficas e criminais, dos traços psicopáticos, dos níveis de agressividade reativa e proactiva, e da presença de perturbação do comportamento entre jovens delinquentes e jovens agressores sexuais internados em CE, com o propósito da identificação dos fatores análogos e diferenciadores entre o GDGNS e o GDM. As especificidades de cada grupo foram analisadas tendo em consideração as teorias de delinquência e agressão sexual juvenil.

Os resultados foram consistentes com a literatura existente que defende a perspetiva generalista de delinquência e agressão sexual juvenil (e.g., Boonmann, 2015; Quinsey et al., 2004; Pullman et al., 2014; Seto & Lalumière, 2010). Decorrente dos objetivos específicos do estudo foram formuladas as hipóteses de que não se verificariam diferenças entre o GDGNS e o GDM para as características sociodemográficas (H_A) e criminais (H_B), as dimensões dos traços psicopáticos (H_C), os níveis de agressividade reativa e proactiva (H_D) e a perturbação do comportamento (H_E). De um modo geral, não se observaram diferenças entre os grupos, com exceção para a dimensão Traços calosos/não-emocionais.

Em relação à comparação dos dois grupos quanto às características sociodemográficas, os dados obtidos não foram estatisticamente significativos ($p > .05$), em concordância com a H_A de que o GDGNS e o GDM não apresentam diferenças quanto às características sociodemográficas. Assim, equaciona-se que os jovens de ambos os grupos não apresentam diferenças quanto à etnia, nacionalidade, meio de residência, anos de escolaridade completos, NSE familiar e consumo de medicamentos psiquiátricos.

Relativamente à comparação dos dois grupos quanto às características criminais, os dados obtidos não foram estatisticamente significativos ($p > .05$), em concordância com a H_B de que o GDGNS e o GDM não evidenciam diferenças significativas quanto às variáveis criminais. Deste modo, equaciona-se que os jovens de ambos os grupos não apresentam diferenças quanto ao primeiro envolvimento em atividades ilegais, primeiro

problema com a lei/autoridades, primeira entrada em CE do Ministério da Justiça, duração média de internamento em CE e cumprimento de pena por crimes violentos.

No que concerne os traços psicopáticos, os dados obtidos demonstraram diferenças entre os dois grupos. Quanto às dimensões Impulsividade e Narcisismo os resultados não foram estatisticamente significativos ($p > .05$), pelo que se equaciona que em concordância com a H_c , os jovens do GDGNS e do GDM não diferenciam quanto a estes traços psicopáticos. De referir que o valor de alfa *Cronbach* para a avaliação da dimensão Impulsividade foi de $\alpha = .50$, um valor inesperado e inferior ao valor mínimo convencionalizado como aceitável de $\alpha = .70$ para os propósitos da investigação (Marôco & Garcia-Marques, 2006). Esta observação indica que as correlações inter-itens da dimensão Impulsividade não são suficientemente fortes para os resultados serem considerados como consistentes/fiáveis. No que concerne a dimensão Traços calosos/não-emocionais, os resultados obtidos foram estatisticamente significativos ($p < .05$), sendo que o GDGNS revelou maiores índices de traços calosos/não-emocionais que o GDM. Estes dados não vão ao encontro do previsto, o que nos leva a questionar sobre as possíveis razões que potenciaram a observação destes resultados.

Numa primeira instância, segundo uma perspetiva centrada no GDGNS, poderíamos considerar que os resultados obtidos para a dimensão Traços calosos/não-emocionais são indicadores de que o GDGNS é presumivelmente caracterizado por jovens que demonstram ausência de remorso ou culpabilidade, insensibilidade emocional e tendências antissociais generalizadas; cujos comportamentos problemáticos são aparentemente mais estáveis e graves do que os jovens do GDM (Frick & White, 2008; Frick et al., 2014). Contudo, a literatura que aborda o tema da delinquência e agressão sexual juvenil não tem enquadrado o seu foco empírico na distribuição de jovens delinquentes e jovens agressores sexuais em grupos, consoante a prática de atividades de índole sexual (e.g., importunação sexual, comportamentos sexuais de risco) com o objetivo da comparação dos traços calosos/não-emocionais, tal como no presente estudo; não existindo assim uma base literária específica que suporte essa caracterização. Os investigadores têm optado por estudos com amostras limitadas a um GDGNS ou a um GDM para a comparação de especificidades com grupos

constituídos por jovens agressores exclusivamente sexuais (“apenas-sexuais”); verificando-se a ausência de análises mútuas com GDGNS e GDM (e.g., Pullman et al., 2014; Seto & Lalumière, 2010). Inversamente, observam-se exemplos de distribuição de jovens em GDGNS, GDM e grupos de jovens agressores exclusivamente sexuais, sem a análise específica dos traços calosos/não-emocionais (e.g., Barroso, 2012; Wanklyn et al., 2012).

Numa perspetiva centrada no GDM, poderíamos equacionar que os resultados obtidos para a dimensão Traços calosos/não-emocionais são indicadores de saliência da heterogeneidade desse grupo comparativamente com o GDGNS. Os jovens do GDM deste estudo aparentam apresentar uma maior sensibilidade emocional que o GDGNS. Não obstante, pressupõe-se que apesar de estabelecerem uma relação emocional com o próximo essa relação é parcial, pelo que os jovens do GDM demonstram défices ao nível da “inteligência emocional” e da identificação e comunicação de emoções (alexitimia) (Moriarty, Stough, Tidmarsh, Eger & Dennison, 2001). Estes défices estão relacionados com as componentes cognitiva e de regulação de emoções, pelas incapacidades de perceção e introspeção de sentimentos. As dificuldades em reconhecer e/ou aceitar o ponto de vista e processamento emocional de outros indivíduos, podem ainda ser relacionadas especificamente com as propriedades cognitivas de empatia, com implicações em atividades criminais de índole sexual (e.g., importunação sexual, comportamentos sexuais de risco) e acentuadas em grupos constituídos por jovens agressores sexuais (Van Langen, Wissink, Van Vugt, Van der Stouwe & Stams, 2014).

Por último, é importante referir duas considerações relacionadas com a análise estatística dos dados da dimensão Traços calosos/não-emocionais. Primeiramente, os resultados obtidos devem ser interpretados com precaução, dado que o valor de alfa *Cronbach* para a avaliação desta dimensão foi de $\alpha = .60$, inferior ao valor mínimo convencionalizado como aceitável de $\alpha = .70$ para os propósitos da investigação (Marôco & Garcia-Marques, 2006). Podemos assim considerar que as correlações inter-itens da dimensão Traços calosos/não-emocionais não são suficientemente fortes para os resultados serem considerados como consistentes/fiáveis. Estas observações não são de todo surpreendentes, tal como referenciado e observado na literatura (e.g., Muñoz &

Frick, 2007; Pechorro et al., 2015). Adicionalmente, embora o nível de significância estatística obtido para os resultados da dimensão Traços calosos/não-emocionais tenha sido de $p = .04$, verifica-se muito próximo do valor limiar de $p < .05$ convencional para este estudo (Marôco, 2018). Posto isto, podemos equacionar que se tenha tratado de um eventual artefacto/erro estatístico, que influenciou a observação de diferenças entre o GDGNS e o GDM quanto aos traços calosos/não-emocionais.

Relativamente à comparação dos dois grupos quanto aos níveis de agressividade reativa e proativa, os dados obtidos não foram estatisticamente significativos ($p > .05$), em concordância com a H_D de que o GDGNS e o GDM não apresentam diferenças quanto aos níveis de agressividade reativa e proativa. Logo, pondera-se que os jovens de ambos os grupos não apresentam diferenças ao nível da agressividade geral, reativa e proativa.

Por fim, os dados obtidos após a análise da relação da presença de perturbação do comportamento entre os dois grupos não foram estatisticamente significativos ($p > .05$), em concordância com a H_E de que o GDGNS e o GDM apresentam diferenças quanto à presença de perturbação do comportamento. Assim, estima-se que os jovens de ambos os grupos não apresentam diferenças quanto à presença desta patologia.

A perspetiva especialista, incluída nas teorias de delinquência e agressão sexual juvenil, não foi considerada no contexto de análise dos dados obtidos devido ao facto dos jovens que concordaram com o preenchimento dos questionários avaliativos não terem sido submetidos a escalas de avaliação psicométrica de variáveis que permitem uma distinção significativa e esclarecida entre jovens agressores sexuais e jovens delinquentes e/ou jovens da comunidade; como os exemplos das variáveis: comportamento sexual precoce, autoestima, idade materna aquando do parto e historial de abuso sexual (Barroso, 2012; Seto & Lalumière, 2010; Wanklyn et al., 2012). Outro dado significativo que impossibilitou a análise da perspetiva especialista foi a ausência de uma amostra significativa de jovens agressores exclusivamente sexuais, no universo de CE portuguesas onde foram efetuadas as recolhas de amostra da base de dados utilizada.

É necessário salientar algumas limitações inerentes no contexto deste estudo. Primeiramente, a dimensão reduzida da amostra e a constituição heterogénea do GDM

podem ter influenciado a preponderância da identificação de semelhanças entre os grupos quanto às variáveis estudadas, com uma possível sobreposição de grupos. Em segundo, o facto de se tratar de um estudo que utiliza dados transversais também condiciona a asserção de uma ausência maioritária de diferenças entre os grupos. Em terceiro, o uso de instrumentos de avaliação psicométrica via autorresposta dos jovens institucionalizados, pode ter desvirtuado os dados recolhidos; ou seja, tendo em conta o contexto específico em que se encontram, estes jovens tendem a sub-reportar nos questionários, respondendo de forma socialmente desejável; isto é, de modo a evitarem, na sua ótica, uma impressão negativa e/ou uma penalização da pena. Em quarto, a inclusão de um grupo adicional para comparação constituído por jovens agressores exclusivamente sexuais poderia ter concedido robustez aos resultados. Não obstante, a inclusão de um grupo de jovens agressores exclusivamente sexuais para análise implicaria que o estudo não fosse realizado exclusivamente com jovens institucionalizados em CE, pelo que requereria que a recolha incluísse jovens condenados em EP. No entanto, essa opção revogaria o intuito original de qualidade restrita do local de recolha de dados em CE, para a descrição do paradigma psicopatológico juvenil pretendido.

Estudos futuros nesta área de investigação deveriam, sempre que possível, recorrer a amostras de maior dimensão que permitissem um maior nível de significância estatístico, para o alcance de resultados mais precisos. No entanto, tendo em consideração a condicionante demográfica da população de jovens institucionalizados em Portugal ser relativamente baixa, estes resultados são por vezes dificilmente atingidos em estudos transversais com um tempo e/ou número de recolhas limitado. O estudo da influência dos níveis de inteligência emocional e empatia em jovens agressores sexuais deve ser aprofundado, bem como da observação de componentes específicas que os diferenciam da generalidade dos jovens delinquentes. Devem-se reunir esforços de modo a melhorar a consistência interna e conseqüente fiabilidade estatística de subescalas referentes à dimensão Traços calosos/não-emocionais, especialmente quando os dados são recolhidos via questionários de autorresposta. Por fim, para uma averiguação coerente da vertente especialista de delinquência e agressão sexual juvenil, estudos futuros deverão incluir variáveis adequadas para a análise de propriedades específicas de jovens que perpetraram

delitos de índole sexual (e.g., importunação sexual, comportamentos sexuais de risco); como os exemplos das variáveis: comportamento sexual precoce, autoestima, idade materna aquando do parto e historial de abuso sexual.

6. Conclusão

No nosso entendimento, este foi dos primeiros estudos em Portugal a comparar uma amostra forense juvenil no contexto específico e exclusivo de CE. Foi possível verificar que para se analisar a perspetiva especialista da delinquência e agressão sexual juvenil não são recomendados estudos que restrinjam a recolha da amostra em CE. Os resultados foram consistentes com a literatura que defende a perspetiva generalista de delinquência e agressão sexual juvenil. Equacionamos que a diferença observada entre o GDGNS e o GDM para a dimensão Traços calosos/não-emocionais possa ser interpretada, no contexto deste estudo, através das seguintes considerações não-exclusivas: uma maior insensibilidade emocional do GDGNS comparativamente ao GDM; uma maior sensibilidade emocional do GDM, com défices ao nível da “inteligência emocional” e empatia (componentes cognitiva e de regulação de emoções); e uma fraca consistência interna, com um eventual artefacto/erro estatístico associado ao nível de significância do resultado obtido. Posto isto, recomenda-se uma abordagem clínica e forense cautelosa relativamente à avaliação dos traços calosos/não-emocionais via questionários de autorresposta, propostos a jovens delinquentes distinguidos pela perpetração de atos de índole sexual, que se encontram institucionalizados em Portugal no contexto específico e exclusivo de CE.

Referências Bibliográficas

- Abderhalden F.P., Evans S.Z. (2016) Delinquency Trajectories. In: Levesque R. (eds) *Encyclopedia of Adolescence* (pp. 1-14). Springer, Cham.
- American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (5th Ed.). Washington, DC: American Psychiatric Association.
- Andershed, H., Kerr, M., Stattin, H., & Levander, S. (2002). Psychopathic traits in nonreferred youths: A new assessment tool. In E. Blaauw & L. Sheridan (Eds.), *Psychopaths: Current international perspectives* (pp. 131–158). Hague, Netherlands: Elsevier.
- Arrigo, B. A., & Shipley, S. (2001). The confusion over psychopathy (I): Historical considerations. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 45(3), 325-344.
- Asscher, J. J., van Vugt, E. S., Stams, G. J. J., Deković, M., Eichelsheim, V. I., & Yousfi, S. (2011). The relationship between juvenile psychopathic traits, delinquency and (violent) recidivism: A meta-analysis. *Journal of child psychology and psychiatry*, 52(11), 1134-1143.
- Assink, M., van der Put, C. E., Hoeve, M., de Vries, S. L., Stams, G. J. J., & Oort, F. J. (2015). Risk factors for persistent delinquent behavior among juveniles: A meta-analytic review. *Clinical psychology review*, 42, 47-61.
- Bachman, R., & Schutt, R. K. (2013). *The practice of research in criminology and criminal justice* (5th Ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Barroso, R. (2012). *Características e especificidades de jovens agressores sexuais*. Tese de doutoramento (não publicada). Departamento de Educação, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.
- Barry, C. T., Frick, P. J., DeShazo, T. M., McCoy, M., Ellis, M., & Loney, B. R. (2000). The importance of callous–unemotional traits for extending the concept of psychopathy to children. *Journal of Abnormal Psychology*, 109(2), 335-340.

- Barry, C. T., Frick, P. J., Adler, K. K., & Grafeman, S. J. (2007). The Predictive Utility of Narcissism among Children and Adolescents: Evidence for a Distinction between Adaptive and Maladaptive Narcissism. *Journal of Child and Family Studies, 16*(4), 508-521.
- Barry, C. T., & Kauten, R. L. (2014). Nonpathological and pathological narcissism: Which self-reported characteristics are most problematic in adolescents?. *Journal of Personality Assessment, 96*(2), 212-219.
- Becker, S. P., Luebke, A. M., Fite, P. J., Greening, L., & Stoppelbein, L. (2013). Oppositional defiant disorder symptoms in relation to psychopathic traits and aggression among psychiatrically hospitalized children: ADHD symptoms as a potential moderator. *Aggressive behavior, 39*(3), 201-211.
- Blackburn, R., & Coid, J. W. (1998). Psychopathy and the dimensions of personality disorder in violent offenders. *Personality and Individual Differences, 25*, 129-145.
- Blair, R. J. R. (2013). The neurobiology of psychopathic traits in youths. *Nature reviews neuroscience, 14*(11), 786-799.
- Boonmann, C., Jansen, L. M., 't Hart-Kerkhoffs, L. A., Vahl, P., Hillege, S. L., Doreleijers, T. A., & Vermeiren, R. R. (2015). Self-reported psychopathic traits in sexually offending juveniles compared with generally offending juveniles and general population youth. *International journal of offender therapy and comparative criminology, 59*(1), 85-95.
- Boyd, C. R., & Bromfield, L. (2006). *Young people who sexually abuse: Key issues*. Melbourne: Australian Institute of Family Studies. Retrieved from: <https://aifs.gov.au/cfca/sites/default/files/publication-documents/pb1.pdf>
- Brummelman, E., Thomaes, S., Nelemans, S. A., Orobio de Castro, B., Overbeek, G., & Bushman, B. J. (2015). Origins of narcissism in children. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America, 112*(12), 3659-3662.

- Burt, S. A., Donnellan, M. B., Iacono, W. G., & McGue, M. (2011). Age-of-onset or behavioral sub-types? A prospective comparison of two approaches to characterizing the heterogeneity within antisocial behavior. *Journal of abnormal child psychology, 39*(5), 633-644.
- Butler, S. M., & Seto, M. C. (2002). Distinguishing two types of adolescent sex offenders. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry, 41*(1), 83-90.
- Byrd, A. L., Hawes, S. W., Burke, J. D., Loeber, R., & Pardini, D. A. (2018). Boys with conduct problems and callous-unemotional traits: neural response to reward and punishment and associations with treatment response. *Developmental cognitive neuroscience, 30*, 51-59.
- Cale, J., Smallbone, S., Rayment-McHugh, S., & Dowling, C. (2016). Offense trajectories, the unfolding of sexual and non-sexual criminal activity, and sex offense characteristics of adolescent sex offenders. *Sexual Abuse, 28*(8), 791-812.
- Canino, G., Polanczyk, G., Bauermeister, J. J., Rohde, L. A., & Frick, P. J. (2010). Does the prevalence of CD and ODD vary across cultures?. *Social psychiatry and psychiatric epidemiology, 45*(7), 695-704.
- Caputo, A. A., Frick, P. J., & Brodsky, S. L. (1999). Family violence and juvenile sex offending: The potential mediating role of psychopathic traits and negative attitudes toward women. *Criminal Justice and Behavior, 26*(3), 338-356.
- Card, N. A., & Little, T. D. (2006). Proactive and reactive aggression in childhood and adolescence: A meta-analysis of differential relations with psychosocial adjustment. *International Journal of Behavioral Development, 30*(5), 466-480.
- Carroll, A., Hemingway, F., Bower, J., Ashman, A., Houghton, S., & Durkin, K. (2006). Impulsivity in juvenile delinquency: Differences among early-onset, late-onset, and non-offenders. *Journal of Youth and Adolescence, 35*(4), 517-527.

- Carvalho, M. J. L. (2015). A Lei Tutelar educativa – A Criança e o Facto Qualificado na Lei como Crime. A Medida de Internamento – Sentido e Potencialidades. *Intervenção Tutelar Educativa* (pp. 219-238). Lisboa.
- Caspi, A. (2000). The child is father of the man: personality continuities from childhood to adulthood. *Journal of personality and social psychology*, 78(1), 158-172.
- Cauffman, E., Skeem, J., Dmitrieva, J., & Cavanagh, C. (2016). Comparing the stability of psychopathy scores in adolescents versus adults: How often is “fledgling psychopathy” misdiagnosed?. *Psychology, Public Policy, and Law*, 22(1), 77-91.
- Centifanti, L. C. M., Kimonis, E. R., Frick, P. J., & Aucoin, K. J. (2013). Emotional reactivity and the association between psychopathy-linked narcissism and aggression in detained adolescent boys. *Development and Psychopathology*, 25(2), 473-485.
- Chen, F. R., & Jaffee, S. R. (2015). The heterogeneity in the development of homotypic and heterotypic antisocial behavior. *Journal of Developmental and Life-Course Criminology*, 1(3), 269-288.
- Cloward, R. A., & Ohlin, L. E. (2013). *Delinquency and opportunity: A study of delinquent gangs*. Routledge.
- Colins, O. F. (2016). Assessing reactive and proactive aggression in detained adolescents outside of a research context. *Child Psychiatry & Human Development*, 47(1), 159-172.
- Connor, D. F. (2002). *Aggression and antisocial behavior in children and adolescents: Research and treatment*. New York: Guilford Press.
- Cooke, D. J., Michie, C., Hart, S. D., & Clark, D. A. (2004). Reconstructing psychopathy: Clarifying the significance of antisocial and socially deviant behavior in the diagnosis of psychopathic personality disorder. *Journal of personality disorders*, 18(4), 337-357.

- Crosnoe, R., & McNeely, C. (2008). Peer relations, adolescent behavior, and public health research and practice. *Family & Community Health, 31*, S71-S80.
- Dandreaux, D. M., & Frick, P. J. (2009). Developmental pathways to conduct problems: A further test of the childhood and adolescent-onset distinction. *Journal of abnormal child psychology, 37*(3), 375.
- Deković, M. (1999). Risk and protective factors in the development of problem behavior during adolescence. *Journal of youth and adolescence, 28*(6), 667-685.
- DeLisi, M., Beaver, K. M., Wright, J. P., & Vaughn, M. G. (2008). The etiology of criminal onset: The enduring salience of nature and nurture. *Journal of Criminal Justice, 36*(3), 217-223.
- Dodge, K. A., Lansford, J. E., Burks, V. S., Bates, J. E., Pettit, G. S., Fontaine, R., & Price, J. M. (2003). Peer rejection and social information-processing factors in the development of aggressive behavior problems in children. *Child development, 74*(2), 374-393.
- Edens, J. F., Marcus, D. K., Lilienfeld, S. O., & Poythress Jr, N. G. (2006). Psychopathic, not psychopath: Taxometric evidence for the dimensional structure of psychopathy. *Journal of abnormal psychology, 115*(1), 131.
- Elliott, M. C., Dupéré, V., & Leventhal, T. (2015). Neighborhood context and the development of criminal and antisocial behavior. In J. Morizot & L. Kazemian (Eds.), *The development of criminal and antisocial behavior: Theory, research and practical applications* (pp. 253-265). Cham, Switzerland: Springer International Publishing.
- Farrington, D. P. (1986). Age and crime. *Crime and justice, 7*, 189-250.
- Farrington, D. P. (1993). Motivations for conduct disorder and delinquency. *Development and Psychopathology, 5*(1-2), 225-241.
- Farrington, D. P., & Ttofi, M. M. (2012). Developmental and psychological theories of offending. *Forensic psychology: Crime, justice, law, interventions, 37-54*.

- Farrington, D. P., Ttofi, M. M., & Piquero, A. R. (2016). Risk, promotive, and protective factors in youth offending: Results from the Cambridge study in delinquent development. *Journal of Criminal Justice*, *45*, 63-70.
- Finkelhor, D., Ormrod, R., & Chaffin, M. (2009). *Juveniles who commit sexual offenses against minors*. Washington, D.C.: Office of Juvenile and Delinquency Prevention.
- Fite, P. J., Stoppelbein, L., & Greening, L. (2009). Proactive and reactive aggression in a child psychiatric inpatient population. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, *38*(2), 199-205.
- Flom, M., & Saudino, K. J. (2017). Callous–unemotional behaviors in early childhood: Genetic and environmental contributions to stability and change. *Development and psychopathology*, *29*(4), 1227-1234.
- Forth, A. E., & Book, A. S. (2010). Psychopathic traits in children and adolescents: The relationship with antisocial behaviors and aggression. In R. T. Salekin & D. R. Lynam (Eds.), *Handbook of Child and Adolescent Psychopathy* (pp. 251-283). New York, NY, US: The Guilford Press.
- Fox, B. H., Jennings, W. G., & Farrington, D. P. (2015). Bringing psychopathy into developmental and life-course criminology theories and research. *Journal of Criminal Justice*, *43*(4), 274-289.
- Frick, P. J., Bodin, S. D., & Barry, C. T. (2000). Psychopathic traits and conduct problems in community and clinic-referred samples of children: further development of the psychopathy screening device. *Psychological assessment*, *12*(4), 382.
- Frick, P. J., & Hare, R. (2001). *Antisocial process screening device*. Toronto, Canada: Multi-Health Systems.
- Frick, P. J., Cornell, A. H., Bodin, S. D., Dane, H. E., Barry, C. T., & Loney, B. R. (2003). Callous-unemotional traits and developmental pathways to severe conduct problems. *Developmental Psychology*, *39*(2), 246-260.

- Frick, P. J., Kimonis, E. R., Dandreaux, D. M., & Farrell, J. M. (2003). The 4 year stability of psychopathic traits in non-referred youth. *Behavioral sciences & the law*, 21(6), 713-736.
- Frick, P. J., Stickle, T. R., Dandreaux, D. M., Farrell, J. M., & Kimonis, E. R. (2005). Callous-unemotional traits in predicting the severity and stability of conduct problems and delinquency. *Journal of abnormal child psychology*, 33(4), 471-487.
- Frick, P. J., & White, S. F. (2008). Research review: The importance of callous-unemotional traits for developmental models of aggressive and antisocial behavior. *Journal of child psychology and psychiatry*, 49(4), 359-375.
- Frick, P. (2012) Developmental pathways to conduct disorder: implications for future directions in research, assessment and treatment. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology* 41(3):378–389.
- Frick, P. J., Ray, J. V., Thornton, L. C., & Kahn, R. E. (2014). Can callous-unemotional traits enhance the understanding, diagnosis, and treatment of serious conduct problems in children and adolescents? A comprehensive review. *Psychological bulletin*, 140(1), 1-57.
- Frick, P. J. (2016). Current research on conduct disorder in children and adolescents. *South African Journal of Psychology*, 46(2), 160-174.
- Gliner, J., Morgan, G., Leech, N. (2009). *Research methods in applied settings: An integrated approach to design and analysis* (2nd Ed.). New York: Routledge.
- Gottfredson, M. R., & Hirschi, T. (1990). *A general theory of crime*. Stanford University Press.
- Gottfredson, M. R., & Hirschi, T. (2016). The criminal career perspective as an explanation of crime and a guide to crime control policy: The view from general theories of crime. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 53(3), 406-419.

- Gouveia-Pereira, M., Gomes, H. M., Roncon, F., & Mendonça, R. (2017). Impulsivity mediates the relationship between future orientation and juvenile deviancy. *Deviant behavior*, 38(1), 34-46.
- Guerra, P. (2015). *Lei Tutelar Educativa: breve panorâmica e alterações legislativas*. Consultado em 29 de outubro de 2017. Disponível em: <http://www.oa.pt/upl/%7Bfbce1b76-3839-4bde-b64b-1fee0d31b3d5%7D.pdf>
- Gunter, T. D., Vaughn, M. G., & Philibert, R. A. (2010). Behavioral genetics in antisocial spectrum disorders and psychopathy: A review of the recent literature. *Behavioral sciences & the law*, 28(2), 148-173.
- Hare, R. (2003). *The Hare Psychopathy Checklist-Revised: Technical manual* (2nd Ed.). Toronto, Canada: Multi-Health Systems.
- Hare, R. D., & Neumann, C. S. (2008). Psychopath as a clinical and empirical construct. *Annual Review of Clinical Psychology*, 4, 217–246.
- Hawes, S. W., Byrd, A. L., Gonzalez, R., Cavanagh, C., Bechtold, J., Lynam, D. R., & Pardini, D. A. (2018). The developmental course of psychopathic features: Investigating stability, change, and long-term outcomes. *Journal of Research in Personality*, 77, 83-89.
- Hecht, L. K., & Latzman, R. D. (2015). Revealing the nuanced associations between facets of trait impulsivity and reactive and proactive aggression. *Personality and Individual Differences*, 83, 192-197.
- Hoeve, M., Blokland, A., Dubas, J. S., Loeber, R., Gerris, J. R., & van der Laan, P. H. (2007). Trajectories of delinquency and parenting styles. *Journal of abnormal child psychology*, 36(2), 223-35.
- IBM Corp. Disponível em 2017. IBM SPSS Statistics for Windows, Version 25.0. Armonk, NY: IBM Corp.

- Jennings, W. G., & Reingle, J. M. (2012). On the number and shape of developmental/life-course violence, aggression, and delinquency trajectories: A state-of-the-art review. *Journal of Criminal Justice, 40*(6), 472–489.
- Jolliffe, D., & Farrington, D. P. (2009). A systematic review of the relationship between childhood impulsiveness and later violence. *Personality, personality disorder, and violence, 41-61*.
- Kahn, R. E., Ermer, E., Salovey, P., & Kiehl, K. A. (2016). Emotional intelligence and callous–unemotional traits in incarcerated adolescents. *Child Psychiatry & Human Development, 47*(6), 903-917.
- Killeen, P. R. (2005). An alternative to null-hypothesis significance tests. *Psychological science, 16*(5), 345-353.
- Kimonis, E. R., Tatar, I. I., Joseph, R., & Cauffman, E. (2012). Substance-related disorders among juvenile offenders: What role do psychopathic traits play?. *Psychology of Addictive Behaviors, 26*(2), 212.
- Kimonis, E. R., Centifanti, L. C., Allen, J. L., & Frick, P. J. (2014). Reciprocal influences between negative life events and callous-unemotional traits. *Journal of abnormal child psychology, 42*(8), 1287-1298.
- Kimonis, E. R., Kennealy, P. J., & Goulter, N. (2016). Does the self-report inventory of callous-unemotional traits predict recidivism?. *Psychological Assessment, 28*(12), 1616-1624.
- Kraemer, H. C., Stice, E., Kazdin, A., Offord, D., & Kupfer, D. (2001). How do risk factors work together? Mediators, moderators, and independent, overlapping, and proxy risk factors. *American journal of psychiatry, 158*(6), 848-856
- Kyranides, M. N., Fanti, K. A., Sikki, M., & Patrick, C. J. (2017). Triarchic dimensions of psychopathy in young adulthood: Associations with clinical and physiological measures after accounting for adolescent psychopathic traits. *Personality Disorders: Theory, Research, and Treatment, 8*(2), 140-149.

- Lahey, B. B., Loeber, R., Burke, J., Rathouz, P. J., & McBurnett, K. (2002). Waxing and waning in concert: Dynamic comorbidity of conduct disorder with other disruptive and emotional problems over 17 years among clinic-referred boys. *Journal of Abnormal Psychology, 111*(4), 556-567.
- Lahey, B. B., & Waldman, I. D. (2003). A developmental propensity model of the origins of conduct problems during childhood and adolescence. In B. B. Lahey, T. E. Moffit & A. Caspi (Eds.), *Causes of conduct disorder and juvenile delinquency* (pp. 76–117). New York: Guilford.
- Latzman, R. D., & Vaidya, J. G. (2013). Common and distinct associations between aggression and alcohol problems with trait disinhibition. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment, 35*(2), 186-196.
- Leibowitz, G. S., Burton, D. L., & Howard, A. (2012). Part II: Differences between sexually victimized and nonsexually victimized male adolescent sexual abusers and delinquent youth: Further group comparisons of developmental antecedents and behavioral challenges. *Journal of child sexual abuse, 21*(3), 315-326.
- Leroux, E. J., Pullman, L. E., Motayne, G., & Seto, M. C. (2016). Victim age and the generalist versus specialist distinction in adolescent sexual offending. *Sexual Abuse, 28*(2), 79-95.
- Leung, L. (2008). Leisure boredom, sensation seeking, self-esteem, and addiction. *Mediated interpersonal communication, 359-381*.
- Loeber, R., Wung, P., Keenan, K., Giroux, B., Stouthamer-Loeber, M., Van Kammen, W. B., & Maugham, B. (1993). Developmental pathways in disruptive child behavior. *Development and psychopathology, 5*(1-2), 103-133.
- Loeber, R., & Farrington, D. (2001). The significance of child delinquency. In R. Loeber & D. Farrington (Eds.), *Child delinquents: Development, intervention and service needs* (pp. 1-24). Thousand Oaks, California: Sage Publications.

- Lynam, D. R., & Miller, J. D. (2004). Personality pathways to impulsive behavior and their relations to deviance: Results from three samples. *Journal of Quantitative Criminology*, 20(4), 319-341.
- Lynam, D. R., Caspi, A., Moffitt, T. E., Loeber, R., & Stouthamer-Loeber, M. (2007). Longitudinal evidence that psychopathy scores in early adolescence predict adult psychopathy. *Journal of abnormal psychology*, 116(1), 155.
- Lynam, D. R., Charnigo, R., Moffitt, T. E., Raine, A., Loeber, R., & Stouthamer-Loeber, M. (2009). The stability of psychopathy across adolescence. *Development and psychopathology*, 21(4), 1133-1153.
- Marôco, J., & Garcia-Marques, T. (2006). Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas?. *Laboratório de psicologia*, 65-90.
- Marôco, J. (2018). *Análise Estatística com o SPSS Statistics.: 7ª edição*. ReportNumber, Lda.
- Marsee, M. A., Frick, P. J., Barry, C. T., Kimonis, E. R., Centifanti, L. C. M., & Aucoin, K. J. (2014). Profiles of the forms and functions of self-reported aggression in three adolescent samples. *Development and psychopathology*, 26(3), 705-720.
- Marshall, W. L., & Barbaree, H. E. (1990). An integrated theory of the etiology of sexual offending. In *Handbook of sexual assault: Issues, theories, and treatment of the offender* (pp. 257-275). Springer, Boston, MA.
- McCrae R. R., & Costa P. T. (2004). A contemplated revision of the NEO five-factor inventory. *Personality and Individual Differences*, 36(3), 587-596.
- McMahon, R. J., Witkiewitz, K., & Kotler, J. S. (2010). Predictive validity of callous–unemotional traits measured in early adolescence with respect to multiple antisocial outcomes. *Journal of abnormal psychology*, 119(4), 752.
- Miller, J. D., Lynam, D. R., Hyatt, C. S., & Campbell, W. K. (2017). Controversies in narcissism. *Annual Review of Clinical Psychology*, 13, 291-315.

- Millon, T., & Davis, R. D. (1996). Personality disorders: Issues, principles, and classification. In T. Millon & R. D. Davis (Eds.), *Disorders of personality: DSM-IV and beyond* (2nd ed.). New York: John Wiley & Sons Inc.
- Miner, M., Borduin, C., Prescott, D., Bovensmann, H., Schepker, R., Du Bois, R., ... & Smit, A. (2006). Standards of care for juvenile sexual offenders of the International Association for the Treatment of Sexual Offenders. *Sexual Offender Treatment, 1*(3), 1-7.
- Moffitt, T. E. (1993). Adolescence-limited and life-course-persistent antisocial behavior: a developmental taxonomy. *Psychological review, 100*(4), 674.
- Moffitt, T. E., Caspi, A., Dickson, N., Silva, P., & Stanton, W. (1996). Childhood-onset versus adolescent-onset antisocial conduct problems in males: Natural history from ages 3 to 18 years. *Development and psychopathology, 8*(2), 399-424.
- Moore, A. A., Rappaport, L. M., Blair, R. J., Pine, D. S., Leibenluft, E., Brotman, M. A., ... & Roberson-Nay, R. (2019). Genetic underpinnings of callous-unemotional traits and emotion recognition in children, adolescents, and emerging adults. *Journal of child psychology and psychiatry*.
- Moriarty, N., Stough, C., Tidmarsh, P., Eger, D., & Dennison, S. (2001). Deficits in emotional intelligence underlying adolescent sex offending. *Journal of Adolescence, 24*(6), 743-751.
- Muñoz, L. C., & Frick, P. J. (2007). The reliability, stability, and predictive utility of the self-report version of the Antisocial Process Screening Device. *Scandinavian journal of psychology, 48*(4), 299-312.
- Muñoz, L. C., Frick, P. J., Kimonis, E. R., & Aucoin, K. J. (2008). Types of aggression, responsiveness to provocation, and callous-unemotional traits in detained adolescents. *Journal of abnormal child psychology, 36*(1), 15-28.
- Murray, J., & Farrington, D. P. (2010). Risk factors for conduct disorder and delinquency: key findings from longitudinal studies. *The Canadian Journal of Psychiatry, 55*(10), 633-642.

- Murrie, D. C., Cornell, D. G., Kaplan, S., McConville, D., & Levy-Elkon, A. (2004). Psychopathy scores and violence among juvenile offenders: a multi-measure study. *Behavioral Sciences & the Law*, 22(1), 49-67.
- Negreiros, J. (2008). *Delinquências juvenis: Trajetórias, intervenção e prevenção*. Lisboa: Legis Editora.
- Nock, M. K., Kazdin, A. E., Hiripi, E., & Kessler, R. C. (2007). Lifetime prevalence, correlates, and persistence of oppositional defiant disorder: results from the National Comorbidity Survey Replication. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 48(7), 703-713.
- Obradović, J., Pardini, D. A., Long, J. D., & Loeber, R. (2007). Measuring interpersonal callousness in boys from childhood to adolescence: An examination of longitudinal invariance and temporal stability. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology*, 36(3), 276-292.
- Odgers, C. L., Moffitt, T. E., Broadbent, J. M., Dickson, N., Hancox, R. J., Harrington, H., ... & Caspi, A. (2008). Female and male antisocial trajectories: From childhood origins to adult outcomes. *Development and psychopathology*, 20(2), 673-716.
- Pardini, D. A., Lochman, J. E., & Frick, P. J. (2003). Callous/unemotional traits and social-cognitive processes in adjudicated youths. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 42(3), 364-371.
- Patterson, G. R., DeBaryshe, B. D., & Ramsey, E. (1989). A developmental perspective on antisocial behavior. *American Psychologist*, 44(2), 329-335.
- Patterson, G. R., & Yoerger, K. (2002). A developmental model for early- and late-onset delinquency. In J. B. Reid, G. R. Patterson, & J. Snyder (Eds.), *Antisocial behavior in children and adolescents: A developmental analysis and model for intervention* (pp. 147-172). Washington, DC, US: American Psychological Association.

- Pechorro, P. (2011). *Delinquência juvenil: estudo de algumas variáveis psicológicas e relacionais com ênfase nos traços psicopáticos* (Tese de Doutoramento não publicada). Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Pechorro, P., Marôco, J., Poiares, C., & Vieira, R. X. (2013). Validation of the Portuguese Version of the Antisocial Process Screening Device–Self-Report With a Focus on Delinquent Behavior and Behavior Problems. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 57(1), 112–126.
- Pechorro, P., Andershed, H., Ray, J. V., Marôco, J., & Gonçalves, R. A. (2015). Validation of the Youth Psychopathic Traits Inventory and Youth Psychopathic Traits Inventory - Short Version Among Incarcerated Juvenile Delinquents. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, 37(4), 576–586.
- Pechorro, P., Poiares, C., Barroso, R., Nunes, C., & Jesus, S. N. (2015). Examining ethnic differences in self-reported psychopathic traits among Portuguese male juvenile offenders. *International journal of offender therapy and comparative criminology*, 59(1), 68-84.
- Pechorro, P., Hidalgo, V., Nunes, C., & Jiménez, L. (2016). Confirmatory factor analysis of the Antisocial Process Screening Device: Self-Report among incarcerated male juvenile offenders. *International journal of offender therapy and comparative criminology*, 60(16), 1856-1872.
- Pechorro, P., Ray, J. V., Raine, A., Marôco, J., & Gonçalves, R. A. (2017). The Reactive–Proactive Aggression Questionnaire: Validation Among a Portuguese Sample of Incarcerated Juvenile Delinquents. *Journal of Interpersonal Violence*, 32(13), 1995–2017.
- Pincus, A. L., & Lukowitsky, M. R. (2010). Pathological narcissism and narcissistic personality disorder. *Annual review of clinical psychology*, 6, 421-446.
- Piotrowska, P. J., Stride, C. B., Croft, S. E., & Rowe, R. (2015). Socioeconomic status and antisocial behaviour among children and adolescents: A systematic review and meta-analysis. *Clinical psychology review*, 35, 47-55.

- Potuzak, M., Ravichandran, C., Lewandowski, K. E., Ongür, D., & Cohen, B. M. (2012). Categorical vs dimensional classifications of psychotic disorders. *Comprehensive psychiatry*, *53*(8), 1118-1129.
- Poulin, F., & Boivin, M. (2000). Reactive and proactive aggression: Evidence of a two-factor model. *Psychological Assessment*, *12*(2), 115–122.
- Pratt, T. C., & Cullen, F. T. (2000). The empirical status of Gottfredson and Hirschi's general theory of crime: A meta-analysis. *Criminology*, *38*(3), 931-964.
- Pullman, L., & Seto, M. C. (2012). Assessment and treatment of adolescent sexual offenders: Implications of recent research on generalist versus specialist explanations. *Child Abuse & Neglect*, *36*(3), 203-209.
- Pullman, L. E., Leroux, E. J., Motayne, G., & Seto, M. C. (2014). Examining the developmental trajectories of adolescent sexual offenders. *Child abuse & neglect*, *38*(7), 1249-1258.
- Quinsey, V. L., Skilling, T. A., Lalumière, M. L., & Craig, W. M. (2004). A taxonomy of juvenile delinquency and an integrated theoretical perspective. In V. L. Quinsey, T. A. Skilling, M. L. Lalumière, & W. M. Craig, *Juvenile delinquency: Understanding the origins of individual differences* (pp. 93-114). Washington, DC, US: American Psychological Association.
- Raine, A., Dodge, K., Loeber, R., Gatzke-Kopp, L., Lynam, D., Reynolds, C., ... & Liu, J. (2006). The reactive–proactive aggression questionnaire: Differential correlates of reactive and proactive aggression in adolescent boys. *Aggressive Behavior: Official Journal of the International Society for Research on Aggression*, *32*(2), 159-171.
- Regoli, R. M., Hewitt, J. D., & DeLisi, M. (2016). *Delinquency in society* (10.^a ed.). Jones & Bartlett Learning.
- Reynolds, B., Ortengren, A., Richards, J. B., & de Wit, H. (2006). Dimensions of impulsive behavior: Personality and behavioral measures. *Personality and individual differences*, *40*(2), 305-315.

- Ribeiro, L. A. (2010). Limitações na avaliação de perturbação de personalidade: Aspectos conceptuais e metodológicos. *Análise Psicológica*, 4(XXVIII), 651-663.
- Ryan, E. P., & Otonichar, J. M. (2016). Juvenile sex offenders. *Current psychiatry reports*, 18(7), 67.
- Robbins, R. N., & Bryan, A. (2004). Relationships between future orientation, impulsive sensation seeking, and risk behavior among adjudicated adolescents. *Journal of adolescent research*, 19(4), 428-445.
- Salekin, R. T., Leistico, A. M. R., Neumann, C. S., DiCicco, T. M., & Duros, R. L. (2004). Psychopathy and comorbidity in a young offender sample: taking a closer look at psychopathy's potential importance over disruptive behavior disorders. *Journal of Abnormal Psychology*, 113(3), 416-427.
- Salekin, R. T. (2016). Psychopathy in childhood: Toward better informing the DSM-5 and ICD-11 conduct disorder specifiers. *Personality Disorders: Theory, Research, and Treatment*, 7(2), 180.
- Salekin, R. T. (2017). Research Review: What do we know about psychopathic traits in children?. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 58(11), 1180-1200.
- Scarpa, A., Haden, S. C., & Tanaka, A. (2010). Being hot-tempered: Autonomic, emotional, and behavioral distinctions between childhood reactive and proactive aggression. *Biological Psychology*, 84(3), 488-496.
- Schepers, D. (2017). Causes of the causes of juvenile delinquency: Social disadvantages in the context of Situational Action Theory. *European journal of criminology*, 14(2), 143-159.
- Seto, M. C., & Barbaree, H. E. (1997). Sexual aggression as antisocial behavior: A developmental model. In D. M. Stoff, J. Breiling, & J. D. Maser (Eds.), *Handbook of antisocial behavior* (pp. 524-533). Hoboken, NJ, US: John Wiley & Sons Inc.

- Seto M.C., Pullman L. (2014). Risk Factors for Adolescent Sexual Offending. In: Bruinsma G., Weisburd D. (Eds.), *Encyclopedia of Criminology and Criminal Justice* (pp. 4466 – 4475). Springer, New York, NY.
- Seto, M. C., & Lalumière, M. L. (2010). What is so special about male adolescent sexual offending? A review and test of explanations through meta-analysis. *Psychological bulletin*, 136(4), 526.
- Sharp, C., & Kine, S. (2008). The assessment of juvenile psychopathy: Strengths and weaknesses of currently used questionnaire measures. *Child and Adolescent Mental Health*, 13(2), 85-95.
- Shuttleworth, M. & Wilson, T. L. (2008) *Research Hypothesis*. Consultado em 9 de maio de 2019. Disponível em: <https://explorable.com/research-hypothesis>
- Simões, M. (1994). *Investigação no âmbito da aferição nacional ao Teste das Matrizes Progressivas Coloridas de Raven (MPCR)*. Tese de Doutoramento (não publicada). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Singh, M. M., Parsekar, S. S., & Nair, S. N. (2014). An epidemiological overview of child sexual abuse. *Journal of family medicine and primary care*, 3(4), 430.
- Thomson, N. D., & Centifanti, L. (2017). Proactive and Reactive Aggression Subgroups in Typically Developing Children: The Role of Executive Functioning, Psychophysiology, and Psychopathy. *Child psychiatry and human development*, 49(2), 197–208.
- Thomaes, S. and Brummelman, E. (2016). Narcissism. In: *Developmental Psychopathology*, D. Cicchetti (Ed.).
- Van Langen, M. A., Wissink, I. B., Van Vugt, E. S., Van der Stouwe, T., & Stams, G. J.J. M. (2014). The relation between empathy and offending: A meta-analysis. *Aggression and Violent Behavior*, 19(2), 179-189.

- Vaughn, M. G., & Howard, M. O. (2005). The Construct of Psychopathy and its Potential Contribution to the Study of Serious, Violent, and Chronic Youth Offending. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 3(3), 235–252.
- Vitacco, M. J., Rogers, R., & Neumann, C. S. (2003). The Antisocial Process Screening Device: An examination of its construct and criterion-related validity. *Assessment*, 10(2), 143-150.
- Wanklyn, S. G., Ward, A. K., Cormier, N. S., Day, D. M., & Newman, J. E. (2012). Can we distinguish juvenile violent sex offenders, violent non-sex offenders, and versatile violent sex offenders based on childhood risk factors?. *Journal of Interpersonal Violence*, 27(11), 2128-2143.
- Warner, K., & Bartels, L. (2015). Juvenile sex offending: Its prevalence and the criminal justice response. *The University of New South Wales law journal*, 38, 48.
- Washburn, J. J., McMahon, S. D., King, C. A., Reinecke, M. A., & Silver, C. (2004). Narcissistic features in young adolescents: Relations to aggression and internalizing symptoms. *Journal of Youth and Adolescence*, 33(3), 247-260.
- White, J. L., Moffitt, T. E., Caspi, A., Bartusch, D. J., Needles, D. J., & Stouthamer-Loeber, M. (1994). Measuring impulsivity and examining its relationship to delinquency. *Journal of Abnormal Psychology*, 103(2), 192-205.
- Whiteside, S. P., & Lynam, D. R. (2001). The five factor model and impulsivity: Using a structural model of personality to understand impulsivity. *Personality and individual differences*, 30(4), 669-689.
- William, L. T. (2000). Null hypothesis testing: problems, prevalence, and an alternative. *J. Wildl. Manage*, 64(4), 912-923.

Anexos

| | |
|---------|--|
| Anexo A | Questionário sociodemográfico e criminal |
| Anexo B | Termo de consentimento informado |
| Anexo C | Pedido de autorização da DGRSP |
| Anexo D | Versão adaptada do APSD-SR |
| Anexo E | Versão adaptada do RPQ |
| Anexo F | Versão adaptada do questionário dicotómico PC–DSM-V |
| Anexo G | Critérios de Diagnóstico PC–DSM-V |
| Anexo H | Sistema de classificação do Nível Socioeconómico (NSE) |

Anexo A – Questionário sociodemográfico e criminal

1. Tens quantos anos?

Tenho _____ anos.

2. Qual é o teu sexo?

Masculino Feminino

3. Qual é a tua raça/etnia?

Branco Negro Mulato Cigano

Outra. Qual? _____

4. Qual é a tua nacionalidade?

Portuguesa Países da Europa Países de África

Outra. Qual? _____

5. Em que localidade moras habitualmente? _____

6. Que escolaridade tens já completa? _____

7. Que escolaridade têm os teus pais?

Pai

- Sem estudos/analfabeto
- 1º Ciclo (4º ano)
- 2º Ciclo (6º ano)
- 3º Ciclo (9º ano)
- Ensino Secundário (12º ano)
- Ensino Superior/Universitário
- Não sei

Mãe

- Sem estudos/analfabeto
- 1º Ciclo (4º ano)
- 2º Ciclo (6º ano)
- 3º Ciclo (9º ano)
- Ensino Secundário (12º ano)
- Ensino Superior/Universitário
- Não sei

8. Que profissão têm os teus pais?

Pai _____

Não sei

Mãe _____

Não sei

9. Assinala a situação que corresponde melhor à situação dos teus pais:

- O meu pai e a minha mãe estão casados / vivem juntos
- O meu pai e a minha mãe estão divorciados / separados
- O meu pai já faleceu
- A minha mãe já faleceu

10.1. Com quem vives habitualmente em tua casa?

10.2. Quantas pessoas vivem em tua casa (incluindo tu)?

- Somos _____ pessoas.

11. Tens quantos irmãos (incluindo tu)?

- Somos _____ irmãos.

12. Estás a tomar medicamentos para os “nervos” ou “cabeça” (psiquiátricos)?

- Não Sim

13. Já te envolveste em actividades ilegais (contra a lei)?

- Não Sim

13.2. Se respondeste Sim, que idade tinhas quando te envolveste pela primeira vez nessas actividades ilegais?

- Tinha _____ anos.

14. Já tiveste problemas com a lei (policia, esquadra, etc.)?

- Não Sim

14.2. Se respondeste Sim, que idade tinhas quando tiveste problemas pela primeira vez com a lei?

- Tinha _____ anos.

15. Já estiveste internado num Centro Educativo (“reformatório”) do Ministério da Justiça?

Não Sim

15. Se respondeste Sim, que idade tinhas quando estiveste internado pela primeira vez num Centro Educativo?

Tinha _____ anos.

Anexo B – Termo de consentimento informado

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Concordo em participar neste estudo de mestrado de Rui Manuel Custódio Lima a decorrer no presente Centro Educativo.

Foi-me dada uma explicação da natureza e objetivos deste estudo e concedida possibilidade de perguntar e esclarecer todos os aspetos que me pareceram pertinentes.

Foi-me dada a informação de que os dados obtidos por este questionário são confidenciais.

Concordo em que os dados recolhidos sejam analisados pelos investigadores envolvidos no estudo.

Sei que a minha participação é voluntária e que sou livre de desistir deste estudo se for esse o meu desejo.

Local _____

Data _____

Não deixes nenhuma pergunta por responder

Anexo C – Pedido de autorização à DGRSP



PARECER

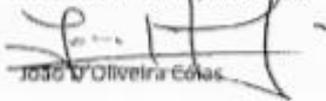
Visto, concordo.

Proponho que seja superiormente autorizada a recolha de dados nos CE para efeitos do estudo solicitado pelo colega Dr. Pedro Pechorro.

Comunique-se à DSOPRE.

Lisboa, 2016-09-19

O Diretor de Serviços da DSJJ


José V. Oliveira Côas

DESPACHO

*Concordo
Autorizo na condição
de nos facultar copia
da respetiva tese logo
que estiverem o mesmo.
21/9/2016*


CELSO MANATA
DIRETOR-GERAL

Informação Nº: 62/DSJJ/2016 de 19 de setembro

Assunto: Pedido de autorização para recolha de dados nos Centros Educativos

No âmbito da solicitação Dr. Pedro Pechorro, na qualidade de doutorando da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, orientado pelo Professor Doutor Mário Simões, para autorização relativa a recolha de dados nos Centros Educativos, nomeadamente aos jovens internados, com aplicação de um questionário, cumpre-nos informar que foram auscultados todos os Centros Educativos na pessoa dos seus Diretores.



O trabalho decorrerá ao longo do próximo ano em condições combinadas entre o signatário do pedido e cada Diretor de CE, tendo como ponto de partida a livre adesão, a não identificação dos participantes e a confidencialidade da informação relativa a cada jovem.

O trabalho intitula-se "Reincidência Criminal em Jovens Delinquentes: Da Avaliação à Intervenção" e pretende estudar a reincidência dos jovens, analisando-se variáveis de tipo sociodemográfico e criminal com especial ênfase no constructo da psicopatia, validando o instrumento CATS (Child and Adolescent Taxon Scale) e utilizando também o Youth Psychopathic Traits Inventory (YPI).

Em conclusão, da auscultação aos CEs solicitada pela Direção de Serviços de Organização Planeamento e Relações Externas, a quem foi dirigido o pedido acima descrito, e cujos documentos que o suportam se juntam à presente informação, todos deram o consentimento relativamente à disponibilidade para receber o doutorando Dr. Pedro Pechorro, em momento aferido entre as partes e observando as regras de funcionamento, segurança e tranquilidade dos jovens que compõem a amostra, sem acréscimo de trabalho a cada uma das equipas técnicas envolvidas.

À Consideração Superior,

A Técnica Superior

Margarida Macedo

Anexo D – Versão adaptada do APSD-SR

APSD - SR

Lê cada uma das questões seguintes e decide se te descreve.
Responde assinalando a opção correcta para cada questão.

| | Falso | Por vezes verdade | Muitas vezes verdade |
|--|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 1. Culpas os outros pelos teus erros? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 2. Envolve-te em actividades ilegais (contra a lei)? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 3. Preocupas-te com o teu desempenho na escola ou no trabalho? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 4. Fazes as coisas sem pensares nas conseqüências? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 5. Pareces ser falso às outras pessoas? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 6. És bom a mentir? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 7. És bom a manter as promessas que fazes? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 8. Gabas-te muito das coisas que fazes ou tens? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 9. Ficas facilmente aborrecido? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 10. Enganas ou usas as pessoas para teres o que queres? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 11. Gozas ou divertes-te à custa das outras pessoas? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 12. Sentes-te mal ou culpado quando fazes alguma coisa de errado? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 13. Fazes coisas arriscadas ou perigosas? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 14. Fazes-te de simpático para conseguires as coisas que queres? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 15. Ficas zangado quando te corrigem ou castigam? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 16. Pensas que és melhor ou mais importante que os outros? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 17. Deixas as coisas que tens a fazer sempre para o último minuto? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 18. Preocupas-te com os sentimentos dos outros? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 19. Mostras os teus sentimentos às outras pessoas? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 20. Tens mantido a amizade com os mesmos amigos? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

Anexo E – Versão adaptada do RPQ

| RPQ | | | | | |
|---|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Responde a todas as afirmações o melhor que puderes baseando-te na forma como tens sido nos últimos meses. Com que frequência tu... | | | | | |
| | Quase nunca / Nunca | Pouca vezes | Algumas vezes | Muitas vezes | Quase sempre / Sempre |
| 1. Gritaste com outras pessoas quando elas te chatearam? | <input type="checkbox"/> |
| 3. Ficaste zangado quando certas pessoas te provocaram? | <input type="checkbox"/> |
| 5. Ficaste zangado quando as coisas não correram como tu querias? | <input type="checkbox"/> |
| 7. Fizeste birras ou ficaste de mau humor? | <input type="checkbox"/> |
| 8. Estragaste ou danificaste coisas porque estavas zangado? | <input type="checkbox"/> |
| 11. Ficaste zangado quando não conseguiste fazer o que querias? | <input type="checkbox"/> |
| 13. Ficaste zangado ou de mau humor quando perdeste um jogo ou uma aposta? | <input type="checkbox"/> |
| 14. Ficaste zangado quando outras pessoas te ameaçaram? | <input type="checkbox"/> |
| 16. Sentiste-te melhor depois de bateres ou gritares com alguém? | <input type="checkbox"/> |
| 19. Bateste noutras pessoas para te defenderes? | <input type="checkbox"/> |
| 22. Zangaste-te ou bateste noutras pessoas por te estarem a gozar? | <input type="checkbox"/> |
| 2. Discutiste com outras pessoas para mostrares quem manda? | <input type="checkbox"/> |
| 4. Ficaste com coisas de outros miúdos? | <input type="checkbox"/> |
| 6. Estragaste ou danificaste coisas só para te divertires? | <input type="checkbox"/> |
| 9. Participaste em lutas entre grupos (por exemplo: para te armares em bom)? | <input type="checkbox"/> |
| 10. Aleijaste outras pessoas para ganhares um jogo ou uma aposta? | <input type="checkbox"/> |
| 12. Usaste força física para lebares outros a fazerem o que tu querias? | <input type="checkbox"/> |
| 15. Usaste força para obter dinheiro ou coisas de outras pessoas? | <input type="checkbox"/> |
| 17. Ameaçaste ou intimidaste alguém? | <input type="checkbox"/> |
| 18. Fizeste telefonemas a ameaçar ou a gozar com alguém para te divertires? | <input type="checkbox"/> |
| 20. Juntaste-te a um grupo para fazeres "a folha" a alguém? | <input type="checkbox"/> |
| 21. Andaste com uma arma (por exemplo: faca) para utilizares numa luta? | <input type="checkbox"/> |
| 23. Gritaste com outras pessoas para elas fazerem o que tu querias? | <input type="checkbox"/> |
| I. Consumiste bebidas alcoólicas? | <input type="checkbox"/> |
| II. Consumiste drogas, como haxixe ("pólen") ou marijuana ("erva")? | <input type="checkbox"/> |
| III. Consumiste drogas, como ecstasy ("pastilhas"), cocaína ("branca") ou heroína? | <input type="checkbox"/> |
| IV. Tiveste relações sexuais sem utilizares preservativo? | <input type="checkbox"/> |

Anexo F – Versão adaptada do questionário dicotómico PC–DSM-V

DSM V Perturbação do Comportamento

Rating scale (os seguintes itens referem-se à forma como o sujeito funcionou até aos 15 anos ou, não tendo acesso a essa informação, à forma como funcionou até recentemente). [Basta assinalar 3 itens Sim]

| | Não | Sim |
|---|--------------------------|--------------------------|
| 1. Com frequência insulta, ameaça ou intimida as outras pessoas. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 2. Com frequência inicia lutas físicas. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 3. Utilizou uma arma que pode causar graves prejuízos físicos aos outros (por exemplo: pau, tijolo, garrafa partida, faca, arma de fogo). | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 4. Manifestou crueldade física para com as pessoas. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 5. Manifestou crueldade física para com os animais. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 6. Roubou confrontando-se com a vítima (por exemplo: roubo por esticção, extorsão, roubo à mão armada). | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 7. Forçou alguém a ter uma actividade sexual. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 8. Lançou deliberadamente fogo com intenção de causar prejuízos graves. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 9. Destruiu deliberadamente a propriedade alheia (por meios diferentes do incêndio). | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 10. Arrombou a casa, a propriedade ou o automóvel de outra pessoa. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 11. Mentiu com frequência para obter ganhos ou favores ou para evitar obrigações (por exemplo: "vigariza" os outros). | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 12. Rouba objectos de certo valor sem confrontação com a vítima (por exemplo: roubo em lojas mas sem arrombamento, falsificações). | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 13. Com frequência permanece fora de casa de noite apesar da proibição dos pais, iniciando este comportamento antes dos 13 anos de idade | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 14. Fuga de casa durante a noite, pelo menos duas vezes, enquanto vive em casa dos pais ou seus substitutos (ou uma só vez, mas durante um período prolongado). | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 15. Faltas frequentes à escola, com início antes dos 13 anos. | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

Anexo G – Critérios de diagnóstico PC–DSM-V

A. Um padrão de comportamento repetitivo e persistente, em que são violados os direitos básicos dos outros ou importantes regras ou normas sociais próprias da idade, manifestando-se pela presença, no mínimo, de três dos 15 critérios seguintes durante os últimos 12 meses, e pelo menos, de um destes critérios durante os últimos 6 meses:

Agressão a pessoas ou animais

- (1) Com frequência insulta, ameaça ou intimida as outras pessoas;
- (2) Com frequência inicia lutas físicas;
- (3) Utilizou uma arma que pode causar graves prejuízos físicos aos outros (por exemplo: pau, tijolo, garrafa partida, faca, arma de fogo);
- (4) Manifestou crueldade física para com as pessoas;
- (5) Manifestou crueldade física para com os animais;
- (6) Roubou confrontando-se com a vítima (por exemplo: roubo por esticção, extorsão, roubo à mão armada);
- (7) Forçou alguém a ter uma atividade sexual;

Destruição da propriedade

- (8) Lançou deliberadamente fogo com intenção de causar prejuízos graves;
- (9) Destruiu deliberadamente a propriedade alheia (por meios diferentes do incêndio);

Falsificação ou roubo

- (10) Arrombou a casa, a propriedade ou o automóvel de outra pessoa;
- (11) Mentiu com frequência para obter ganhos ou favores ou para evitar obrigações (por exemplo: "vigariza" os outros);
- (12) Rouba objetos de certo valor sem confrontação com a vítima (por exemplo: roubo em lojas mas sem arrombamento, falsificações);

Violação grave das regras

- (13) Com frequência permanece fora de casa de noite apesar da proibição dos pais, iniciando este comportamento antes dos 13 anos de idade;
- (14) Fuga de casa durante a noite, pelo menos duas vezes, enquanto vive em casa dos pais ou seus substitutos (ou uma só vez, mas durante um período prolongado);
- (15) Faltas frequentes à escola, com início antes dos 13 anos.

B. A Perturbação do Comportamento causa um déficit clinicamente significativo no funcionamento social, escolar ou laboral.

C. Se um sujeito tem 18 anos ou mais, mas não reúne os critérios de Perturbação da Personalidade.

Nota. Fonte: Adaptado de American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (5th Ed.). Washington, DC: American Psychiatric Association.

Anexo H – Sistema de classificação do Nível Socioeconómico (NSE)

| Classificação do nível sócio-económico (NSE) do agregado familiar (Simões, 1994) |
|---|
| NSE elevado – grandes proprietários ou empresários agrícolas, do comércio e da indústria; quadros superiores da administração pública, do comércio, da indústria e de serviços; profissões liberais (gestores, médicos, magistrados, arquitectos, engenheiros, economistas, professores do ensino superior); artistas; oficiais superiores das forças militares e militarizadas; pilotos de aviação. Do 4º ano de escolaridade (de modo a incluir grandes proprietários e empresários) à licenciatura, mestrado ou doutoramento. |
| NSE médio – profissionais técnicos intermédios independentes, pescadores proprietários de embarcações, empregados de escritório, de seguros e bancários, agentes de segurança, contabilistas, enfermeiros, assistentes sociais; professores do ensino básico e secundário; comerciantes e industriais. Do 9º ano ao 12º ano de escolaridade, cursos médios e superiores. |
| NSE baixo – trabalhadores assalariados, por conta de outrem, trabalhadores não especializados da indústria e da construção civil, empregados de balcão no pequeno comércio, contínuos, cozinheiros, empregados de mesa; empregadas de limpeza, pescadores, rendeiros, trabalhadores agrícolas, vendedores ambulantes, trabalhadores especializados da indústria (mecânicos, electricistas), motoristas. Até ao 8º ano de escolaridade obrigatória. |

Simões, M. (1994). *Investigação no âmbito da aferição nacional ao Teste das Matrizes Progressivas Coloridas de Raven (MPCR)*. Tese de Doutoramento (não publicada). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.